

Caracterização da população deslocada por raça e gênero

RELATÓRIO TÉCNICO





EQUIPE TÉCNICA

Anderson Moreira Aristides
Caroline Gonçalves dos Santos
José Rodolfo Tenório Lima
Natallya de Almeida Levino
Verônica Nascimento Antunes
Vinícius Castro Moreira da Silva

Maceió, 2023

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Casos de violência doméstica contra mulheres por bairro segundo cor ou raça - 2018 e 2022.....	25
Figura 2 - Casos de estupro por bairro segundo cor ou raça - 2018 e 2022.....	26
Figura 3 - Casos de feminicídio por bairro segundo cor ou raça - 2018 e 2022.....	28
Figura 4 - Casos de racismo por bairro - 2018 e 2022.....	29
Figura 5 – Crimes letais de pessoas brancas, pretas e pardas por bairros 2018 e 2022.....	31
Figura 6 - Temas abordados na escuta.....	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estimativa da população residente por sexo, cor ou raça - Bairros de origem – 2018.....	11
Gráfico 2 – Estimativa da população residente por sexo, cor ou raça – Bairros de destino – 2018.....	12
Gráfico 3 - Distribuição percentual de pessoas não alfabetizadas por gênero, cor ou raça – 2010.....	14
Gráfico 4 - Distribuição percentual das famílias chefiadas por homens e mulheres segundo gênero, cor ou raça - Bairros de origem – 2010.....	16
Gráfico 5 - Distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres e homens, segundo gênero, cor ou raça - Bairros de destino – 2010.....	17
Gráfico 6 - Incidência de casos de violência doméstica nos bairros 2016 a 2022.....	24
Gráfico 7 - Crimes de estupro registrados por bairros - 2016 a 2023.....	25
Gráfico 8- Número de casos de feminicídios, segundo cor ou raça - 2016 a 2022.....	27
Gráfico 9 - Casos de racismo registrados por bairro 2016 - 2023.....	28
Gráfico 10 - Casos de crimes letais por bairro 2016 a 2022.....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição percentual para população dos bairros por cor ou raça, segundo sexo – 2010 (%).....	10
Tabela 2 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por sexo e cor ou raça, segundo a condição de alfabetização e a idade (%) – Bairros de origem e destino 2010.....	13
Tabela 3 - Distribuição percentual das famílias chefiadas por homens e mulheres segundo gênero por cor ou raça nos bairros - 2010 (%).....	15
Tabela 4 – Classes de rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> das famílias chefiadas por mulheres (Bairros de Origem) – 2010 (%).....	18
Tabela 5 – Classes de rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> das famílias chefiadas por homens (Bairros de Origem) – 2010 (%).....	19
Tabela 6 – Classes de rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> das famílias chefiadas por mulheres(Bairros de Origem) – 2010 (%).....	21
Tabela 7 – Classes de rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> das famílias chefiadas por homens (Bairros de Destino) – 2010 (%).....	21
Tabela 8 – Matriz de Propostas de Linhas de Ação.....	54

Sumário

1. Introdução	4
2. Aspectos metodológicos.....	6
3. Aspectos dos bairros afetados e principais destinos desagregados por gênero e raça	9
3.1 Perfil demográfico da população dos bairros de origem e destino	10
3.2. Perfil de alfabetização da população nos bairros de origem e destino.....	13
3.3 Perfil do responsável pelo domicílio na população dos bairros de origem e destino.....	15
4. Violência e criminalidade dos bairros	23
4.1. Casos de violência doméstica registrados	23
4.2. Crimes de estupro registrados	25
4.3. Casos de feminicídio registrados	26
4.4. Crimes de racismo registrados.....	28
4.5. Crimes letais ou violentos.....	29
5. Resultados das entrevistas	32
5.1. Segurança	35
5.2. Educação/acesso aos serviços de educação.....	42
5.3. Saúde/Acesso aos serviços de saúde.....	45
5.4. Trabalho, renda e vulnerabilidade socioeconômica	49
6. Matriz analítica das linhas de ação	55
7. Considerações finais	59
Referências	62

1. Introdução

A avaliação das repercussões de um desastre envolve não apenas a compreensão da transformação do ambiente, mas também a análise de como diversos grupos sociais foram afetados em suas formas de vida. Isso abrange tanto aspectos materiais quanto imateriais, sendo especialmente notável em populações mais desfavorecidas e vulneráveis (CEPAL, 2003).

Situações de crise tendem a amplificar as desigualdades e discriminações pré-existentes em relação às mulheres, e ressalta algumas intersecções significativas, que tornam certos grupos de mulheres ainda mais vulneráveis em contextos de desastres, o que inclui mulheres que vivem em condições precárias, mulheres pertencentes a minorias raciais e sexuais, mulheres com deficiência, deslocadas internas, mulheres adolescentes e mulheres idosas, entre outras (CEDAW, 2018).

A importância de incorporar recortes de raça e gênero nos programas de gestão de desastres tornou-se uma prática e está respaldada em recomendações de diversas instituições globais, especialmente no que se refere à identificação e à abordagem de mecanismos que priorizem suas necessidades nos procedimentos de reparação de danos (FGV, 2019).

Ademais, as desigualdades de gênero e de raça são fatores estruturantes das desigualdades sociais no Brasil (Aguião, 2018; Rosa, 2011; Abram, 2006; Crenshaw, 2002), por isso é necessário avaliar se o desastre socioambiental gera ou reforça vulnerabilidades e desigualdades sociais nos bairros da capital de Alagoas.

O presente plano de trabalho reúne, sob a perspectiva de gênero e de cor/raça, duas estratégias principais. A primeira, de caráter descritivo, se concentrou nos aspectos demográficos e socioeconômicos da população dos bairros diretamente afetados pela subsidência de mineração e dos principais bairros de destino das pessoas deslocadas, bem como no mapeamento dos índices de violência e criminalidade. A segunda, de caráter qualitativo, incluiu a apresentação detalhada das entrevistas e uma sistematização dessas

narrativas. Simultaneamente, optou-se por adotar uma abordagem de natureza exploratória e analítica, voltada à investigação dos principais padrões existentes nos relatos, bem como ao exame dos diferenciais que afetam esses grupos que podem ou não reforçar vulnerabilidades e desigualdades.

Tem como função precípua, fornecer elementos para novas proposições e complementos para as ações sociourbanísticas, com foco na redução das vulnerabilidades e desigualdades que podem ter sido agravadas pelo desastre socioambiental.

2. Aspectos metodológicos

A condução metodológica do trabalho, para o atendimento dos objetivos específicos propostos, foi feita em três etapas. Na primeira, foram levantadas informações, por meio de alguns indicadores, para melhor compreensão do perfil demográfico e socioeconômico da população então residente, nos bairros atingidos diretamente pelo desastre socioambiental (também chamados neste documento de "bairros de origem"), e nos principais bairros que receberam os grupos deslocados em mudanças definitivas (também chamados neste documento de "bairros de destino").

Com base na última atualização fornecida pela Diagonal e disponibilizada no dia 16/10/2023, os dez principais bairros que mais receberam ex-moradores da região afetada foram: Cidade Universitária 8%; Tabuleiro dos Martins 7,5%, Santa Lúcia 6,2%, Farol 5,3%, Benedito Bentes 5,3%, Serraria 4,7%, Gruta de Lourdes 4,3%, Clima Bom 4,2%, Chã da Jaqueira 3,6% e Santa Amélia 3,4%.

Em virtude da falta de dados recentes que pudessem ser utilizados para a análise desagregada por bairros, por gênero e por cor/raça, optou-se pelo uso dessas informações populacionais disponíveis do Censo demográfico 2010, pelo Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE). Para complementar a análise foram estabelecidos comparativos com as estimativas de outras bases atualizadas, como a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), observando os indicadores recentes dispostos a nível municipal e estadual. Também foram consideradas na análise, algumas projeções apresentadas no Diagnóstico Técnico-Participativo (Diagonal, 2021), para que pudessem ser observadas possíveis tendências ou mudanças nos indicadores em questão. Por opção metodológica, optou-se por aglutinar os indivíduos autodeclarados pretos e pardos em um único grupo de indivíduos aqui denominados de negros, conforme classificação indicativa do IBGE.

Na segunda etapa da pesquisa, para melhor compreensão das vulnerabilidades e desigualdades presentes nos bairros da capital alagoana, foi realizado um segundo levantamento de dados a partir de informações fornecidas pela Secretaria de Segurança Pública do estado de Alagoas (SSP/AL) para o

período compreendido entre os anos de 2016 e 2022. Eventualmente, foram incorporados também os dados parciais para o presente ano. Os dados coletados versam sobre crimes de violência Doméstica, crimes de racismo, crimes de estupro, crimes letais, e feminicídio. Esses dados além de informar os quantitativos por bairro dos registros efetuados durante o ano de investigação também possibilitaram identificar o perfil das vítimas de tais violências nos aspectos relacionados ao gênero e raça/cor.

Na terceira e última etapa, foi executada a pesquisa de campo de cunho qualitativo. A pesquisa qualitativa é descrita por Creswell (2010) como um meio para explorar e entender o significado atribuído, por um sujeito ou grupo, a um problema ou fato social. Vieira (2006), por sua vez, destaca que a pesquisa qualitativa proporciona descrições ricas e explicações sobre processos em contextos locais.

A estratégia de pesquisa a ser utilizada foi o estudo de caso qualitativo, pois conforme Godoy (2010) destaca: tal meio é indicado para explorar processos e comportamentos dos quais há pouca compreensão e que ao buscar compreendê-los os resultados podem se mostrar especialmente reveladores. A autora ainda reforça que uma das características dos estudos de caso é a centralidade em uma situação ou evento particular, pois o escopo investigativo da presente pesquisa foi compreender como os fatores de gênero e raça/cor influenciam as vivências/dificuldades dos deslocados nos bairros de destino.

Para realização desta etapa optou-se por entrevistas individuais e em grupos. As entrevistas em profundidade possuem a natureza de permitir a obtenção de uma grande quantidade de informações, como também, proporciona ao pesquisador oportunidade de realizar esclarecimentos no decorrer da coleta, tendo em vista a interação flexível que se dá entre entrevistador e entrevistado. (Godoi e Mattos, 2010).

Todos os instrumentos foram submetidos ao Comitê de Ética da Universidade de Alagoas - UFAL, sendo aprovados sob nr. CAAE: 69973323.4.0000.5013. Antes da aplicação da entrevista foi lido o Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Todos os entrevistados concordaram com o TCLE e deram continuidade à participação na pesquisa

As interações entre os pesquisadores e os interlocutores ocorreram entre os dias 17 de setembro e 19 de outubro de 2023. Para compor o conjunto dos interlocutores a serem ouvidos buscou-se ex-moradores dos bairros atingidos, membros de associações comunitárias, instituições governamentais e moradores dos bairros de destino. Dentro deste recorte foi priorizado, no momento da escuta, mulheres que se autodeclararam pretas ou pardas. Esse recorte não foi limitante, pois pessoas com perfil distinto também foram ouvidas.

Ao todo foram contactadas 35 (trinta e cinco) pessoas ao longo dos meses de setembro e outubro de 2023. A construção e ampliação desse conjunto de pessoas se deu a partir das indicações dos próprios interlocutores envolvidos nas entrevistas na chamada técnica bola de neve. Dentro deste quantitativo algumas pessoas se recusaram em participar das entrevistas, pois não se sentiram à vontade para falar sobre a temática, como também, tiveram pessoas que não dispunham de tempo para conceder suas entrevistas no período que compreendeu a fase de campo.

Efetivamente, foram entrevistados 18 interlocutores, sendo que em duas oportunidades as entrevistas foram realizadas em grupo. Foi adotada a técnica de entrevistas semiestruturadas, onde questões norteadoras foram apresentadas com o intuito possibilitar a condução do processo de escuta e observação.

O roteiro das entrevistas contemplou as seguintes dimensões de análise: (i) trabalho e empreendedorismo; (ii) acesso a serviços básicos; (iii) rede de apoio familiar e comunitária; (iv) vulnerabilidade social e violência. Dentro destes pontos que compuseram o roteiro das entrevistas questões de gênero e da raça/cor sempre foram tematizadas no sentido de tentar compreender como a mulher e, particularmente, a mulher negra enfrenta o desafio do deslocamento.

Para analisar o material proveniente das entrevistas recorreu-se à análise temática. Os procedimentos analíticos foram conduzidos a partir da proposta apresentada por Gomes (2009), tendo como base a descoberta de núcleos

centrais provenientes das falas dos interlocutores e o exaustivo diálogo com os achados da etapa um e dois e com bibliografia de referência.

A triangulação metodológica que se deu a partir das etapas um, dois e três buscaram combinar diversos métodos de modo a compreender melhor os diferentes aspectos de um fenômeno e a evitar as limitações e reducionismos de uma *monometodologia*. A escolha desta estratégia se dá a partir do momento em que se busca enriquecer a compreensão, permitindo emergir novas ou mais profundas dimensões, sobre o fenômeno investigado (Azevedo et al., 2013).

Por fim, cabe discorrer sobre as limitações que se impuseram à pesquisa. A primeira diz respeito ao pequeno tempo disponibilizado para a fase das entrevistas. Soma-se a este fato as imprevisibilidades (demora no retorno do interlocutor, desistência de participação, remarcação da entrevista, negociação, entre outras) que essa etapa da pesquisa apresenta, assim como o alcance do ponto de saturação, ou seja, quando determinadas informações se tornam repetitivas ao longo das várias entrevistas não foi atingido (Bauer e Aarts, 2010). Outra limitação que pode ser apontada são os dados demográficos disponibilizados pelo Censo 2022 que ainda não foram liberados de forma desagregada por bairros. Tal fato nos limita em análises mais aprofundadas sobre a realidade dos bairros, principalmente, os de destino.

Por fim, enfatiza-se que mesmo diante das limitações o olhar lançado sobre o fenômeno tendo como recorte analítico a questão do gênero e da raça/cor possibilita conhecer o problema por outra perspectiva que é necessária para uma maior compreensão do deslocamento das famílias que foram atingidas pelo desastre.

3. Aspectos dos bairros afetados e principais destinos desagregados por gênero e raça

De modo adicional ao visto no diagnóstico técnico participativo do PAS (Plano de ações sócio urbanísticas), esta pesquisa se propôs a discutir as características da população residente segundo a cor ou raça, para buscar

compreender como as populações sabidamente mais vulneráveis foram afetadas pelo desastre socioambiental ocorrido em Maceió. Freitas (2010, p.892) aponta que “As condições econômicas, sociais e culturais de cada pessoa podem aumentar os efeitos dos desastres socioambientais, expondo-a a novos danos e perdas como, por exemplo, em relação ao emprego”.

3.1 Perfil demográfico da população dos bairros de origem e destino

A Tabela 1 apresenta a distribuição percentual da população dos bairros de origem e destino por cor/raça e sexo para o ano de 2010 e também as referências percentuais a nível nacional, estadual e municipal. A população feminina já era predominante no período de realização do censo 2010 e os dados setoriais por bairros acompanham as médias do Brasil, do estado de Alagoas ou do município.

Comparativamente, a média percentual da população feminina nos bairros de origem (54,06%) foi ligeiramente superior ao percentual a nível nacional (51,03%), estadual (51,55%) e municipal (53,2%). Por sua vez, a média percentual da população feminina verificada nos bairros de destino (53,02%) foi semelhante à verificada em Maceió e superior a do país e estado.

Considerando o sexo, as mulheres formavam maioria e no que concerne a cor/raça, os negros compunham a maior parte da população, exceto em Gruta de Lourdes, que possuía um percentual de brancos maior (57,99%).

Tabela 1 – Distribuição percentual para população dos bairros por cor ou raça, segundo sexo - 2010

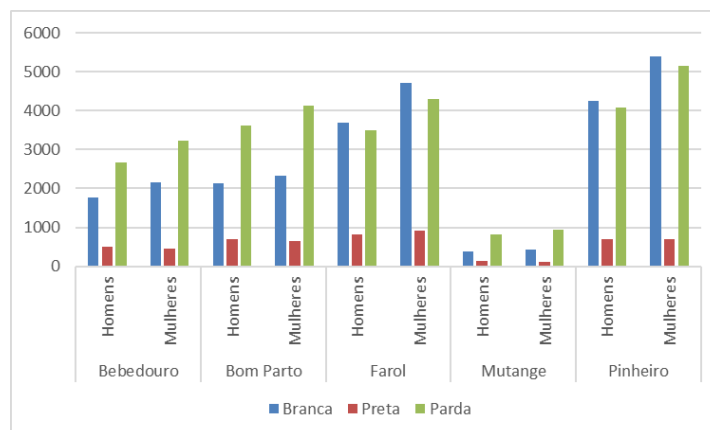
Sexo	Bairros de origem	Total	Brancos	Negros	Bairros de destino	Total	Brancos	Negros
Total		100	35.88	62.79		100	28.83	69.65
Homens	Bebedouro	45.77	16.11	29.06	Benedito Bentes	48.04	13.53	33.87
Mulheres		54.23	19.77	33.74		51.96	15.3	35.78
Total	Bom Parto	100	32.26	65.53	Chã da Jaqueira	100	30.66	68.14
Homens		47.36	15.4	31.07		47.59	14.2	32.85
Mulheres		52.64	16.87	34.46		52.41	16.46	35.3
Total	Farol	100	46.21	52.41	Cidade Universitária	100	34.42	63.83
Homens		44.63	20.29	23.77		48.71	16.35	31.63
Mulheres		55.37	25.93	28.64		51.29	18.06	32.19
Total	Mutange	100	28.04	71.09	Clima Bom	100	30.85	67.38
Homens		47.42	13.22	33.89		47.68	14.36	32.62
Mulheres		52.58	14.82	37.2		52.32	16.5	34.76
Total	Pinheiro	100	46.87	51.63	Gruta de Lourdes	100	57.99	41.22
Homens		44.51	20.65	23.26		44.77	25.59	18.91

Mulheres		55.49	26.22	28.37		55.23	32.4	22.3
Total	Brasil, UF e município				Santa Amélia	100	43.13	54.22
Homens		-	-	-		47.17	20.02	26.11
Mulheres						52.83	23.11	28.11
Total	Brasil	100	47.73	50.74	Santa Lúcia	100	32.24	66.1
Homens		48.97	22.88	25.37		47.28	14.93	31.62
Mulheres		51.03	24.85	25.38		52.72	17.31	34.48
Total	Alagoas	100	31.61	66.75	Serraria	100	47.94	50.79
Homens		48.45	14.89	32.83		44.7	21.17	22.99
Mulheres		51.55	16.72	33.93		55.3	26.77	27.8
Total	Maceió	100	36.75	61.82	Tabuleiro do Martins	100	34.96	63.61
Homens		46.8	16.73	29.48		46.81	16.11	30.12
Mulheres		53.2	20.01	32.34		53.19	18.85	33.49

Fonte: elaborado com base nos dados do censo 2010 (IBGE).

Visando obter uma compreensão geral da realidade populacional dos bairros no ano anterior às determinações de evacuação da região afetada pela subsidência de mineração (2019), presume-se que os bairros possuíam as seguintes características apresentadas no Gráfico 1, com base na estimativa da população residente na capital alagoana para o ano de 2018 (IBGE, 2018). Analisando o perfil de autodeclaração de cor/raça da população dos bairros afetados, os pardos prevaleciam nos bairros Bebedouro, Bom Parto e Mutange, e a população branca nos bairros Farol e Pinheiro, enquanto a maior população de indivíduos autodeclarados pretos residia no Farol e Pinheiro.

Gráfico 1 – Estimativa da população residente por sexo, cor ou raça - Bairros de origem - 2018

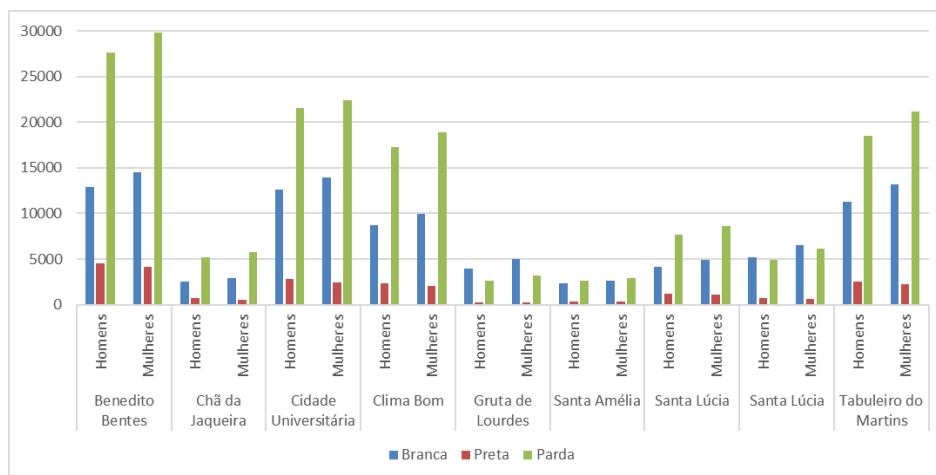


Fonte: elaborado com base nos dados do censo 2010 e estimativa populacional de 2018 (IBGE).

A distribuição populacional nos bairros de destino não era muito diferente do que foi visto nos de origem. Em sua maioria estes bairros eram formados por homens e mulheres pardas, exceto Gruta de Lourdes e Serraria que possuíam mais residentes brancos. Entre os bairros de destino havia pelo menos quatro que eram

consideravelmente maiores em população residente do que os de origem, sendo eles o Benedito Bentes, Cidade Universitária, Clima Bom e o Tabuleiro.

Gráfico 2 – Estimativa da população residente por sexo, cor ou raça – Bairros de destino - 2018



Fonte: elaborado com base nos dados do censo 2010 e estimativa populacional de 2018 (IBGE).

Complementarmente, os dados da PNAD Contínua para o ano de 2018, a população alagoana era formada por 25,2% de pessoas brancas e 73,5% de negros, enquanto a capital possuía 29,5% de brancos e 69,6% de negros. Comparativamente aos bairros em 2010, os dados da PNAD demonstram um perfil próximo ao visto apenas no Mutange (28,04% brancos, 71,09% negros), Benedito Bentes (28,83%, 69,65%) e Chã da Jaqueira (30,66%, 68,14%). Nos demais bairros as diferenças na distribuição da população residente passam a ser mais consideráveis.

A taxa de crescimento populacional projetada pela Diagonal para o ano de 2020 da população remanescente dos bairros afetados e para alguns bairros de destino selecionados, apontam a mesma tendência de queda (Diagonal, 2021, pág.62). Dados do censo 2022 confirmam que a população do estado de Alagoas cresceu a taxas decrescentes, tendo em vista que apresentou uma taxa de 1,01% entre 2000 a 2010 e de 0,02% de 2010 a 2022, enquanto Maceió, cresceu 1,58% entre 2000 e 2010 e 0,22% entre 2010 a 2022, revelando queda acentuada entre os períodos.

Entretanto, é importante pontuar que há distinções relacionadas à taxa de crescimento verificada em cada núcleo focal, sendo que tanto o NF2 quanto o NF3 estão em processo de expansão populacional. O NF2 apresentou uma taxa de crescimento médio de 0,66% entre 2000 a 2010 e segundo estimativa

do diagnóstico a média foi de 0,42% entre 2010 a 2020. Por outro lado, o NF3 teve uma média de crescimento de 3,01% entre 2000 a 2010 e segundo a estimativa de 1,56% entre 2010 e 2020 (Diagonal, 2021, p.62).

3.2. Perfil de alfabetização da população nos bairros de origem e destino

A tabela 2 apresenta um panorama a respeito da alfabetização das pessoas tanto nos bairros de origem, bem como nos bairros de destino, de acordo com o censo 2010. Analisando comparativamente a taxa de não alfabetizados, os bairros que apresentaram todas as categorias de gênero e raça acima da capital foram: Bom Parto, Mutange, Benedito Bentes, Chã da Jaqueira, Cidade Universitária e Clima Bom.

Ressalte-se que no Mutange, Pinheiro, Benedito Bentes, Chã da Jaqueira, Gruta de Lourdes e Tabuleiro do Martins as mulheres negras formavam maioria entre os não alfabetizados.

Tabela 2 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por sexo e cor ou raça, segundo a condição de alfabetização e a idade (%) – Bairros de origem e destino 2010

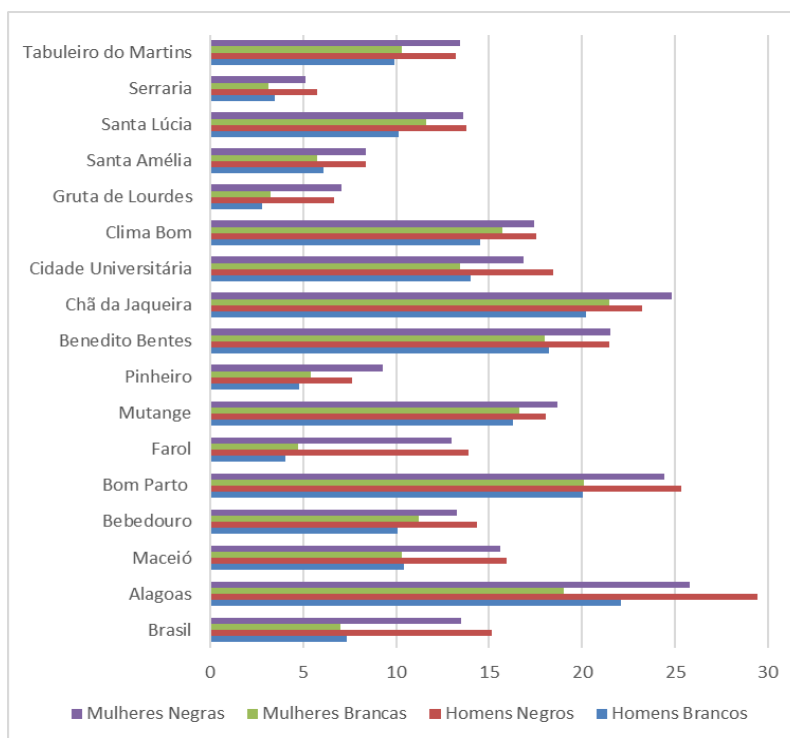
Alfabetização	Bairros de origem	Homens		Mulheres		Bairros de destino	Homens		Mulheres	
		Branco	Negro	Branco	Negro		Branco	Negro	Branco	Negro
Alfabetizadas	Bebedouro	89.9	85.6	88.8	86.6	Benedito Bentes	81.8	78.5	81.9	78.4
Não alfabetizadas		10.1	14.3	11.2	13.2		18.2	21.4	18.0	21.5
Alfabetizadas	Bom Parto	79.9	74.6	79.8	75.5	Chã da Jaqueira	79.7	76.7	78.5	75.2
Não alfabetizadas		20.0	25.3	20.1	24.4		20.2	23.2	21.4	24.8
Alfabetizadas	Farol	95.9	86.1	95.2	86.9	Cidade Universitária	86.0	81.5	86.6	83.1
Não alfabetizadas		4.0	13.8	4.7	13.0		14.0	18.4	13.4	16.8
Alfabetizadas	Mutange	83.7	81.9	83.3	81.2	Clima Bom	85.4	82.4	84.2	82.6
Não alfabetizadas		16.2	18.0	16.6	18.7		14.5	17.6	15.7	17.4
Alfabetizadas	Pinheiro	95.2	92.3	94.5	90.6	Gruta de Lourdes	97.2	93.3	96.7	92.9
Não alfabetizadas		4.8	7.6	5.4	9.2		2.7	6.6	3.2	7.0
Alfabetizadas	Brasil, UF e município	-	-	-	-	Santa Amélia	93.8	91.5	94.2	91.6
Não alfabetizadas		-	-	-	-		6.1	8.3	5.7	8.3
Alfabetizadas	Brasil	92.6	84.8	92.9	86.4	Santa Lúcia	89.8	86.2	88.4	86.4
Não alfabetizadas		7.3	15.1	7.0	13.5		10.1	13.7	11.6	13.6
Alfabetizadas	Alagoas	77.9	70.5	80.9	74.2	Serraria	96.5	94.2	96.9	94.8
Não alfabetizadas		22.1	29.4	19.0	25.7		3.4	5.7	3.1	5.1
Alfabetizadas	Maceió	89.5	84.0	89.7	84.3		90.1	86.8	89.6	86.5

Não alfabetizadas		10.4	15.9	10.3	15.6	Tabuleiro do Martins	9.9	13.2	10.3	13.4
-------------------	--	------	------	------	------	----------------------	-----	------	------	------

Fonte: elaborado com base nos dados do censo 2010.

O Gráfico 3 indica o percentual de pessoas não alfabetizadas para cada bairro, assim como para o Brasil, Alagoas e Maceió. Comparativamente em relação a sua população, é em Alagoas onde os homens negros eram mais atingidos pela carência de alfabetização.

Gráfico 3 - Distribuição percentual de pessoas não alfabetizadas por gênero, cor ou raça - 2010



Fonte: elaborado com base nos dados do censo 2010 (IBGE).

Diagnósticos para o ano de 2022 mostram que o número de pessoas não alfabetizadas no estado de Alagoas vem diminuindo gradativamente, e reduziu 1,6% no ano de 2022, passando para 14,4% da população em geral, sendo que entre as pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, apresenta uma taxa maior para os homens (15,7%) e menor para as mulheres (13,2%) (Pnad, 2022).

Cabe considerar que existem no estado de Alagoas políticas públicas focadas no problema em questão, em especial programas de incentivo à educação de jovens e adultos, que possivelmente tenham contribuído para redução do analfabetismo na região analisada.

3.3 Perfil do responsável pelo domicílio na população dos bairros de origem e destino

A Tabela 3 revela algumas características dos “chefes de família” para cada um dos bairros analisados, segundo o gênero, cor/raça, com base no censo 2010. Em praticamente todos os bairros analisados as famílias eram chefiadas por homens, com exceção do bairro do Bebedouro. Especificamente nas famílias em que o responsável pelo domicílio eram as mulheres, a representação de mulheres negras era superior a de mulheres brancas, excluindo Bebedouro e Bom Parto.

Os bairros onde as mulheres, representavam minoria na responsabilidade pelo domicílio eram Santa Lúcia (36,61% e 36,49%, brancas e negras, respectivamente), Santa Amélia (37,17% e 39,10%), Mutange (38,27%) e Tabuleiro do Martins (39,32% e 40,10%), com resultados próximos aos percentuais do estado (38,96% e 38,10%) e inferiores aos da capital (43,91% e 42,71%).

Tabela 3 - Distribuição percentual das famílias chefiadas por homens e mulheres segundo gênero por cor ou raça nos bairros - 2010 (%)

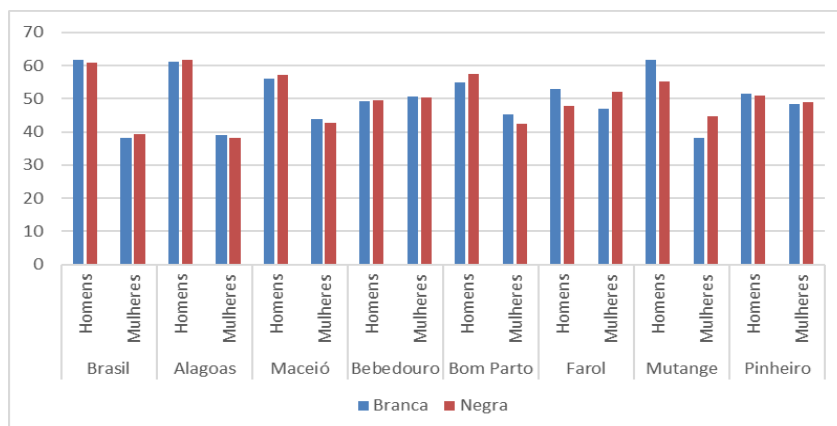
Sexo da pessoa responsável	Bairros de Origem	Brancos	Negros
Homens	Bebedouro	49.22	49.59
Mulheres		50.78	50.43
Homens	Bom Parto	54.85	57.41
Mulheres		45.19	42.58
Homens	Farol	53.05	47.86
Mulheres		46.97	52.14
Homens	Mutange	61.73	55.34
Mulheres		38.27	44.66
Homens	Pinheiro	51.54	50.98
Mulheres		48.46	49.02
Homens	Benedito Bentes	55.41	54.89
Mulheres		44.59	45.11
Homens	Chã da Jaqueira	52.34	54.55
Mulheres		47.66	45.45
Homens	Cidade Universitária	59.55	60.37
Mulheres		40.45	39.63
Homens	Clima Bom	58.37	60.25
Mulheres		41.63	39.74
Homens	Gruta de Lourdes	56.02	58.34
Mulheres		43.96	41.64
Homens	Santa Amélia	62.86	60.90
Mulheres		37.17	39.10
Homens	Santa Lúcia	63.39	63.51
Mulheres		36.61	36.49

Homens	Serraria	53.32	54.83
Mulheres		46.68	45.15
Homens	Tabuleiro do Martins	60.68	59.88
Mulheres		39.32	40.10
-	Brasil, unidade da federação e município	-	-
Homens	Brasil	61.78	60.84
Mulheres		38.22	39.18
Homens	Alagoas	61.04	61.89
Mulheres		38.96	38.10
Homens	Maceió	56.09	57.29
Mulheres		43.91	42.71

Fonte: elaborado com base nos dados do censo 2010.

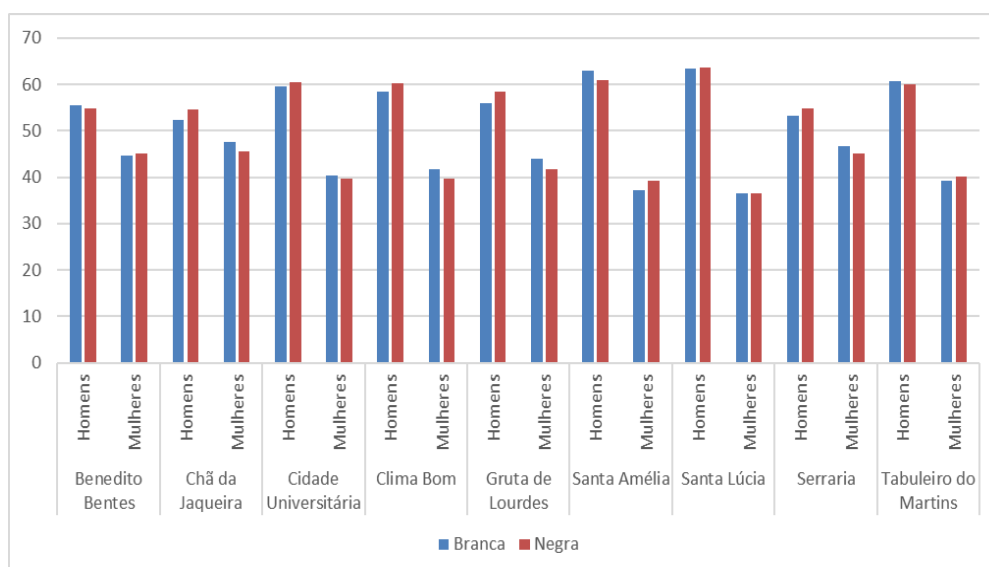
Os gráficos 4 e 5 a seguir ilustram o percentual de famílias que eram chefiadas por homens e mulheres em 2010, nos bairros de origem e destino, bem como os percentuais de referência para Maceió, Alagoas e Brasil.

Gráfico 4 - Distribuição percentual das famílias chefiadas por homens e mulheres segundo gênero, cor ou raça - Bairros de origem - 2010



Fonte: elaborado com base nos dados do censo 2010.

Gráfico 5 - Distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres e homens, segundo gênero, cor ou raça - Bairros de destino - 2010



Fonte: elaborado com base nos dados do censo 2010.

Comparando com estimativas atualizadas para esfera nacional produzidas pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) a partir da PNAD contínua, no ano de 2023, o número de domicílios “chefiados” por mulheres superou ao de domicílios “chefiados” por homens. Do total de residências brasileiras, 50,8% eram de liderança feminina, e considerando a raça, as mulheres negras eram responsáveis por 56,5% e as brancas por 43,5% do total de domicílios liderados por mulheres (DIEESE, 2023). Essas estatísticas recentes sugerem que o perfil dos representantes dos domicílios no estado e na capital de Alagoas também pode ter se alterado nos últimos anos.

A Tabela 4 refere-se à distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça e classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* dos bairros de origem. A faixa de renda predominante era a de meio a um salário mínimo, com exceção do Bom Parto onde prevalecia a faixa de renda entre um quarto e meio salário mínimo.

Tabela 4 – Classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* das famílias chefiadas por mulheres (Bairros de Origem) – 2010 (%)

Salário Mínimo	Bebedouro		Bom Parto		Farol		Mutange		Pinheiro	
	Brancas	Negras	Brancas	Negras	Brancas	Negras	Brancas	Negras	Brancas	Negras
Até 1/8	3.15	3.74	5.46	8.80	0.55	4.56	1.36	3.41	0.31	1.95
Mais de 1/8 a 1/4	5.60	10.31	8.78	13.19	3.55	8.42	6.63	10.25	3.09	5.66
Mais de 1/4 a 1/2	26.27	28.48	25.02	31.27	10.51	21.03	6.63	34.18	9.27	17.56
Mais de 1/2 a 1	31.23	32.75	31.81	28.60	14.47	24.78	35.96	39.30	21.40	26.46
Mais de 1 a 2	18.10	13.17	12.47	9.52	17.93	14.39	14.62	6.00	21.22	20.80
Mais de 2 a 3	5.02	2.85	4.72	1.90	11.97	6.27	1.36	2.12	14.50	8.82
Mais de 3 a 5	3.15	1.75	2.73	1.18	15.66	6.49	1.36	0.44	14.68	9.45
Mais de 5 a 10	0.41	0.43	0.96	0.73	15.57	5.90	-	-	10.25	5.39
Mais de 10	-	0.34	0.96	-	4.96	1.48	-	-	2.24	1.21
Sem rendimento	7.06	6.23	7.01	4.74	4.78	6.64	4.00	4.28	3.00	2.69

Fonte: elaborado com base nos dados do censo 2010.

Por outro lado, quando se analisa a classe sem rendimentos é possível constatar que as mulheres brancas compunham a maioria nesse grupo, em comparação com as mulheres negras. Já no que concerne aos homens, os negros são mais afetados pela carência de rendimentos, exceto no Mutange onde os homens brancos são mais afetados.

Já a Tabela 5 apresenta a distribuição percentual das famílias chefiadas por homens, segundo cor/raça e classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* dos bairros de origem. De modo semelhante ao visto na Tabela 4, o extrato de renda que aglutinava a maior quantidade de homens é o que varia entre meio a um salário mínimo. Na faixa superior a dez salários mínimos, o Farol desponta com o maior percentual de famílias com responsáveis homens brancos, tanto em comparação aos demais bairros, como também substancialmente superior à mesma faixa de rendimentos das famílias com responsáveis mulheres brancas.

Por outro lado, as extremidades das faixas de rendimentos, mostram que entre as famílias com rendimentos inferiores a um oitavo do salário mínimo, predominam o perfil de responsáveis negros, enquanto na faixa superior a dez salários mínimos, predominam os representantes da cor/raça branca, em geral. Assim como o percentual de famílias chefiadas por mulheres sem rendimentos era superior ao das famílias representadas por homens, diferencial ainda mais grave considerando as famílias chefiadas por mulheres negras.

Tabela 5 – Classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* das famílias chefiadas por homens (Bairros de Origem) – 2010 (%)

Salário Mínimo	Bebedouro		Bom Parto		Farol		Mutange		Pinheiro	
	Branco s	Negro s	Branco s	Negro s	Branco s	Negro s	Branco s	Negro s	Branco s	Negro s
Até 1/8	1.50	1.90	4.21	4.67	0.24	1.29	4.95	4.49	0.29	0.53
Mais de 1/8 a ¼	6.84	9.35	15.20	16.02	3.06	4.81	17.34	12.05	2.32	5.06
Mais de ¼ a ½	24.00	24.35	30.04	31.89	7.38	16.54	26.47	32.77	8.13	15.98
Mais de ½ a 1	32.99	31.92	24.24	28.38	14.51	22.77	32.27	32.06	15.25	24.16
Mais de 1 a 2	18.60	19.45	14.04	10.25	16.85	19.81	10.76	13.08	22.03	19.88
Mais de 2 a 3	5.58	3.90	3.72	3.38	10.76	9.91	2.48	1.39	16.13	11.78
Mais de 3 a 5	4.26	2.46	2.26	1.36	17.73	10.23	0.85	1.03	18.32	11.40
Mais de 5 a 10	2.34	1.43	2.26	0.69	17.49	6.75	0.85	0.35	12.64	7.43
Mais de 10	0.42	0.12	1.16	0.13	8.10	2.35	-	-	3.20	1.16
Sem rendimento	3.42	5.11	2.93	3.26	3.91	5.54	4.11	2.77	1.68	2.63

Fonte: elaborada com base nos dados do censo 2010(IBGE).

As Tabelas 6 e 7 dispostas abaixo apresentam as mesmas informações de classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* das famílias chefiadas por mulheres e homens, respectivamente, segundo cor/raça, para os bairros de destino. Em geral, a faixa de renda que predominava nos bairros de destino era a de meio salário a um salário mínimo, exceto Benedito Bentes e Chã da Jaqueira, onde prevalecia a classe nominal de rendimentos *per capita* entre um quarto e meio salário mínimo. Serraria predominava a faixa de um a dois salários mínimos, para ambos os sexos, e independentemente da cor/raça, e Gruta de Lourdes com predominância na classe de um a dois salários mínimos para as famílias chefiadas por homens.

Observando a faixa de rendimentos superior a dez salários mínimos por bairro de destino, Benedito Bentes e Chã da Jaqueira inexistem dados nesta faixa, para domicílios chefiados por mulheres. No geral, tanto para os responsáveis homens quanto para as mulheres, é possível perceber a baixa incidência de pessoas negras nessa classe de rendimento, quando comparados aos brancos. Esse fato aponta para a existência de uma barreira que limitava o acesso das pessoas negras aos extratos de renda mais elevados.

Tabela 6 – Classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* das famílias chefiadas por mulheres (Bairros de Origem) – 2010 (%)

Salário Mínimo	Benedito Bentes		Chã da Jaqueira		Cidade Universitária		Clima Bom		Gruta de Lourdes		Santa Amélia		Santa Lúcia		Serraria		Tabuleiro do Martins	
	Brancas	Negras	Brancas	Negras	Brancas	Negras	Brancas	Negras	Brancas	Negras	Brancas	Negras	Brancas	Negras	Brancas	Negras	Brancas	Negras
Até 1/8	9.02	10.69	6.00	6.45	4.69	6.03	4.24	4.99	0.39	0.81	1.25	2.18	1.61	3.93	0.19	0.84	2.40	4.03
Mais de 1/8 a 1/4	13.16	15.24	15.75	18.94	9.83	13.10	11.98	13.25	1.89	3.98	5.67	5.54	8.61	11.71	1.51	2.30	7.82	10.00
Mais de 1/4 a 1/2	28.39	29.42	29.19	33.21	24.66	28.71	29.03	32.57	4.73	12.76	17.00	17.06	25.56	28.27	6.83	8.58	22.68	26.59
Mais de 1/2 a 1	27.32	24.68	29.70	26.50	30.33	28.09	31.70	28.93	11.75	15.82	27.34	31.99	36.41	33.33	19.60	22.72	32.97	32.14
Mais de 1 a 2	11.67	8.57	7.15	4.71	15.66	12.52	11.40	9.97	20.35	20.79	21.87	22.46	17.22	12.52	32.70	30.63	20.05	14.99
Mais de 2 a 3	2.40	1.62	0.79	0.73	5.67	3.13	2.75	1.64	17.78	16.80	9.22	6.81	4.04	2.88	15.55	15.48	5.65	3.80
Mais de 3 a 5	1.08	0.62	0.94	0.41	2.57	1.78	1.75	0.98	19.20	13.57	7.38	5.63	1.97	1.17	14.37	11.17	2.63	1.86
Mais de 5 a 10	0.17	0.25	-	-	0.98	0.62	0.50	0.15	16.09	9.41	4.61	2.63	0.45	0.36	6.64	5.52	1.01	0.57
Mais de 10	-	-	-	-	0.15	0.12	0.08	0.07	5.28	2.37	0.66	0.59	-	0.04	1.08	0.71	-	0.08
Sem rendimento	6.79	8.91	10.55	9.11	5.52	6.07	6.66	7.53	2.56	3.70	5.07	5.22	4.04	5.75	1.51	2.05	4.80	5.93

Fonte: elaborada com base em dados do censo demográfico 2010 (IBGE).

Tabela 7 – Classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* das famílias chefiadas por homens (Bairros de Destino) – 2010 (%)

Salário Mínimo	Benedito Bentes		Chã da Jaqueira		Cidade Universitária		Clima Bom		Gruta de Lourdes		Santa Amélia		Santa Lúcia		Serraria		Tabuleiro do Martins	
	Brancos	Negros	Brancos	Negros	Brancos	Negros	Brancos	Negros	Brancos	Negros	Brancos	Negros	Brancos	Negros	Brancos	Negros	Brancos	Negros
Até 1/8	3.73	4.66	2.75	3.73	2.26	2.97	1.72	2.56	0.37	0.99	0.23	1.69	1.35	1.97	-	0.38	1.65	1.50
Mais de 1/8 a 1/4	12.99	13.37	12.78	13.79	8.87	11.10	11.46	12.77	1.79	5.45	2.61	5.09	6.99	9.22	0.91	2.96	6.96	8.82
Mais de 1/4 a 1/2	29.51	30.45	31.91	33.24	25.64	28.22	29.39	31.75	4.76	12.38	11.92	15.39	24.79	27.97	6.06	8.98	22.70	25.96
Mais de 1/2 a 1	28.91	28.81	28.31	29.27	29.90	29.57	31.18	30.94	7.64	14.53	20.37	23.73	34.78	35.04	15.21	16.96	34.12	33.73
Mais de 1 a 2	14.72	12.88	14.42	10.30	19.90	17.04	15.74	13.13	16.23	17.25	26.10	24.40	21.43	17.82	28.90	26.80	21.39	18.65
Mais de 2 a 3	3.20	2.46	2.36	2.02	6.05	4.11	3.56	2.44	16.54	11.47	14.76	12.89	5.18	3.65	18.43	17.51	5.91	5.10
Mais de 3 a 5	1.33	0.97	1.38	0.76	3.13	2.08	0.53	1.10	20.10	16.80	12.19	8.81	2.85	1.37	16.57	14.79	3.56	2.06
Mais de 5 a 10	0.47	0.23	0.26	0.16	0.97	0.89	0.53	0.36	22.42	13.95	7.32	2.88	0.83	0.67	10.76	8.32	1.00	0.74
Mais de 10	0.07	0.03	-	0.05	0.15	0.13	0.24	0.07	8.84	3.96	1.75	0.55	0.26	0.09	1.94	1.58	0.20	0.13
Sem rendimento	5.20	6.12	5.83	6.67	3.18	3.89	4.75	4.84	1.33	3.18	2.73	4.57	1.55	2.21	1.32	1.69	2.51	3.31

Fonte: elaborada com base em dados do censo demográfico 2010 (IBGE).

De modo geral, os dados presentes nas quatro tabelas que tratam das classes de rendimento revelam a existência de disparidades entorno do recorte de gênero e raça adotado neste trabalho, uma vez que se observa que as mulheres e os negros, sobretudo as mulheres negras, possuem um rendimento inferior.

Além disso, importa destacar que dados recentes apontam que mulheres negras ainda apresentam indicadores mais críticos em outras variáveis, como: taxa de desemprego, subutilização e subocupação e em relação ao rendimento mensal, a assimetria existente no mercado de trabalho se torna mais evidente para esse grupo. As mulheres negras apresentaram média de R\$1.715,00 de renda mensal no ano de 2022, enquanto as mulheres não negras obtiveram a média de R\$2.774 no mesmo período. Existe também no mercado de trabalho diferenças substanciais quando consideradas as variáveis sexo e raça/cor

(DIEESE, 2022). O mesmo relatório aponta que no segundo semestre de 2022, as mulheres negras apresentaram taxa de participação no mercado de trabalho correspondente a 52,3%, percentual inferior quando comparado com as taxas encontradas na média nacional (62,6%), para homens negros (72,6%), para homens não negros [8] (72,7%) e para mulheres não negras (54,5%). Já o rendimento médio mensal das mulheres não negras foi 23% maior que o dos homens negros no segundo semestre de 2022, quando comparado com os homens não negros a diferença se amplia e sobe para 42% a diferença (DIEESE, 2022).

Tais diagnósticos sugerem que não ocorreram mudanças estruturais nos rendimentos nominais da população brasileira e que persistem as desigualdades sociais, que podem ser ainda mais aprofundadas se consideradas as questões de gênero, raça e a interseccionalidade.

4. Violência e criminalidade dos bairros

De maneira abrangente, essa parte da pesquisa reúne informações dos bairros da capital com foco nos bairros afetados e nos principais bairros de destino a partir do recorte de gênero, cor ou raça. Nos mapas optou-se pelo comparativo entre os anos de 2018 e 2022, a proposta seria a de apresentar duas fotografias no tempo, uma antes dos deslocamentos e outra mais recente.

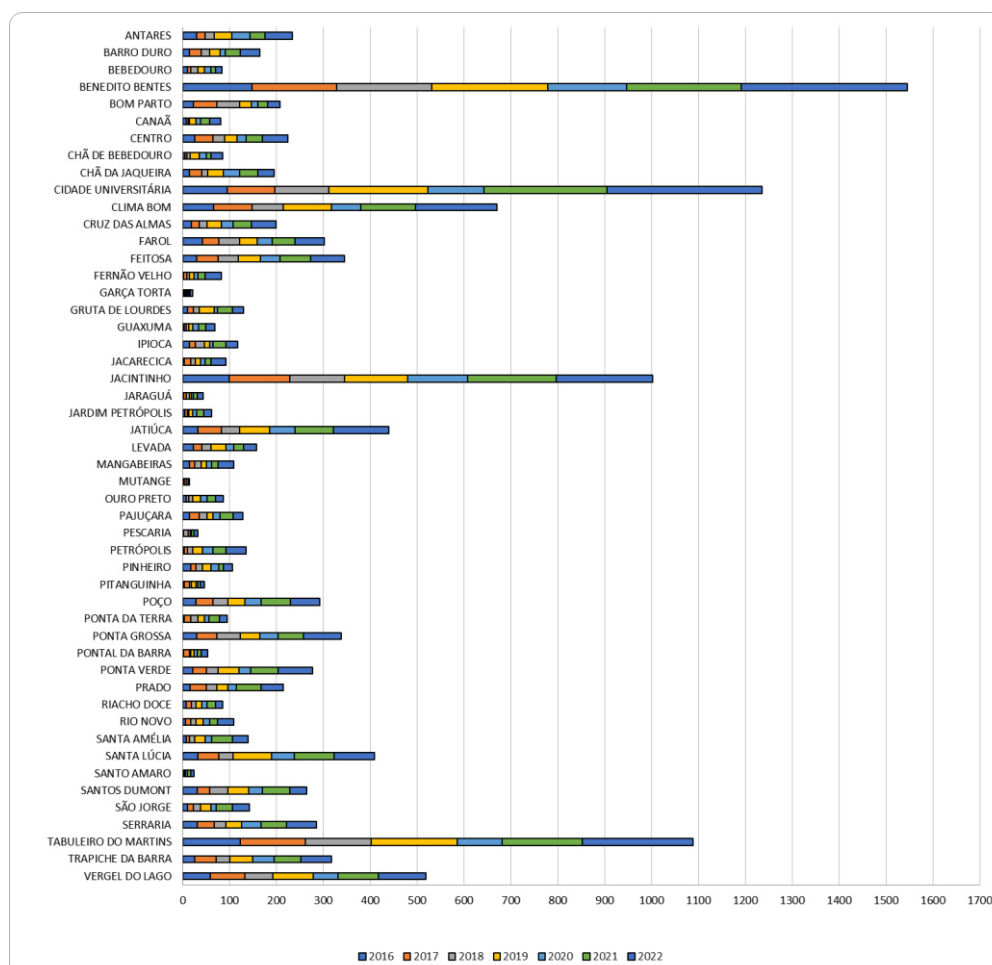
Sabe-se que os dados sobre violência são dinâmicos mas podem revelar diagnósticos importantes para proposição de políticas públicas e intervenções eficazes. Dessa forma, foram levantados registros sobre crime e violência contra a mulher tais como registros de violência doméstica, crimes de estupro e feminicídio, além de dados referentes a crimes de racismo e homicídios.

Ressalte-se que as análises foram feitas com base nos registros fornecidos pelo órgão competente, contudo dada a expressiva subnotificação de alguns crimes, esses números devem ser ainda mais elevados na prática.

4.1. Casos de violência doméstica registrados

O Gráfico 6 indica o número de casos de violência doméstica contra a mulher na capital no período analisado. Entre os bairros diretamente afetados pelo desastre socioambiental, o Farol possui o maior incidente de violência doméstica contra a mulher, seguido pelo bairro do Bom Parto. Cabe considerar que o Farol foi um dos bairros afetados e concomitantemente um dos que mais receberam pessoas deslocadas. Já os moradores do Mutange foram deslocados em sua totalidade após o ano de 2019, não existindo mais áreas remanescentes, assim como existem em outros bairros afetados.

Gráfico 6 - Incidência de casos de violência doméstica nos bairros 2016 a 2022

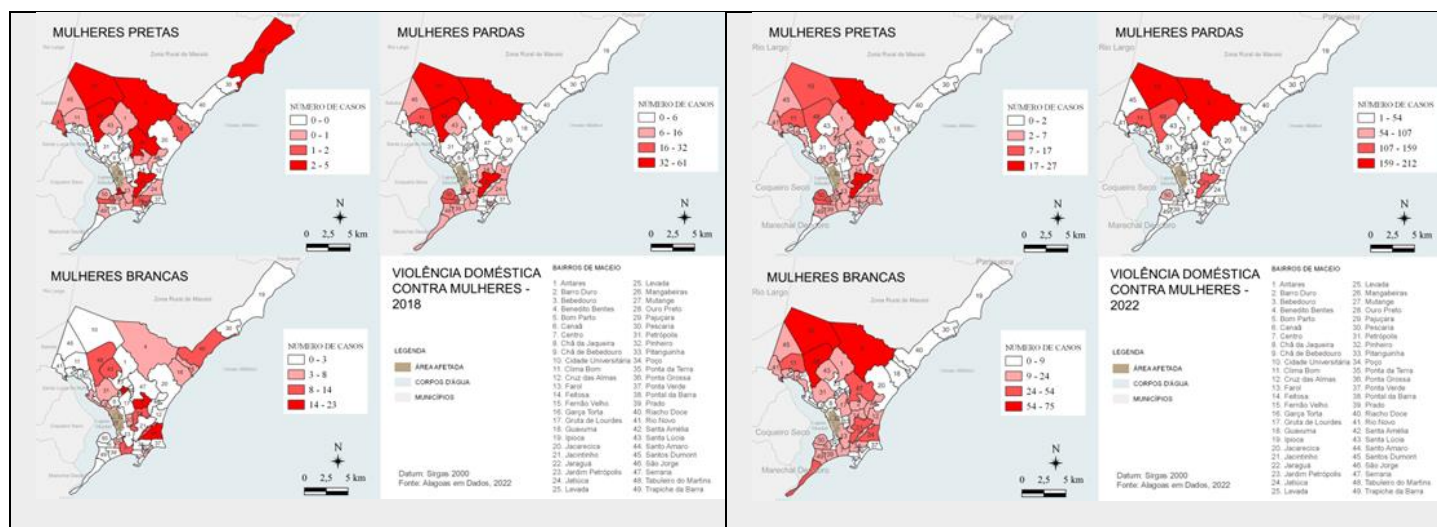


Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pela SSP/AL (2023).

Considerando os demais, o Benedito Bentes apresenta a maior quantidade de registros de violência doméstica contra as mulheres entre os bairros de destino. Tanto para os bairros afetados como para os bairros de destino, o ano de 2022 possui o maior número de casos registrados. Ao realizar um recorte entre 2016 e 2020 há um aumento no bairro do Farol no ano de 2018 e em 2019 um aumento nos casos em bairros de destino.

A Figura 1 posta a seguir apresenta a distribuição dos casos de violência doméstica ao longo dos bairros de Maceió. Em uma breve análise, entre 2018 e 2020 é possível constatar que ocorreu um aumento considerável nos casos de violência doméstica entre as mulheres brancas em diversos bairros. Pegando como exemplo apenas a Cidade Universitária é possível constatar a diferença entre um ano e outro.

Figura 1 - Casos de violência doméstica contra mulheres por bairro segundo cor ou raça - 2018 e 2022

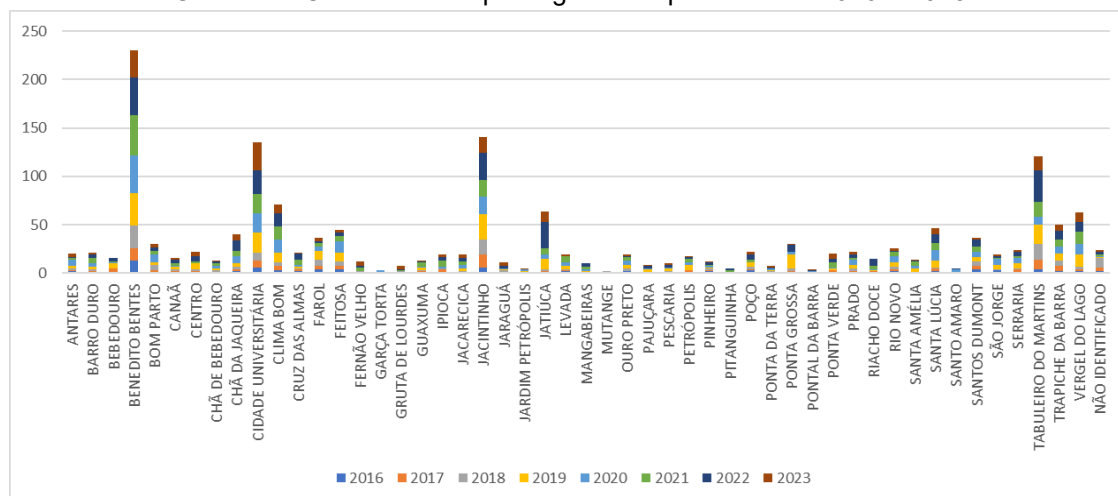


Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pela SSP/AL (2023).

4.2. Crimes de estupro registrados

Os bairros de destino apresentaram um crescimento do número de casos até o ano de 2021. Mesmo que nos anos de 2022 e 2023, em comparação com 2020 e 2021 tenha se observado uma queda no número dos casos, os dados parciais para o ano de 2023 são muito superiores aos do ano de 2016. O Benedito Bentes é o bairro com maior registro até o ano de 2022, seguido dos bairros Cidade Universitária, Jacintinho e Tabuleiro dos Martins em 2023.

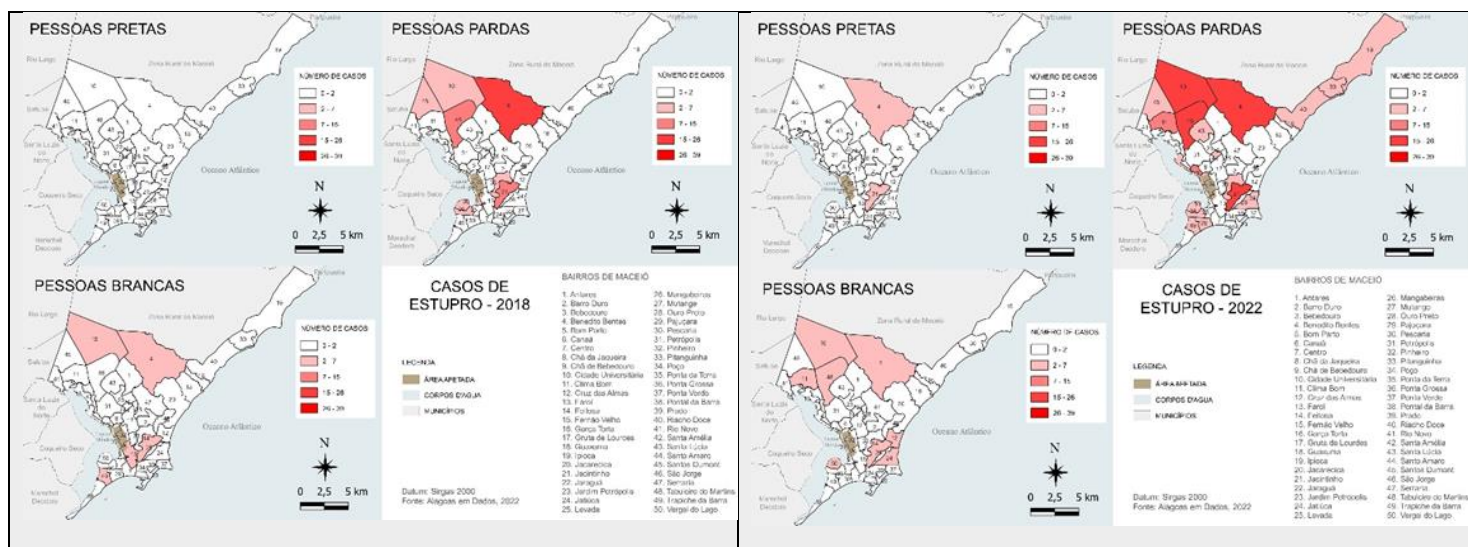
Gráfico 7 - Crimes de estupro registrados por bairros - 2016 a 2023



Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pela SSP/AL (2023).

Conforme a Figura 2, observa-se que as mulheres pardas são as maiores vítimas de estupro em todos o período analisado e supõe-se que que isso não seja resultado apenas da proporção de mulheres pardas nos bairros, mas sim esteja relacionado a questões como baixa cobertura de segurança pública e aumento da vulnerabilidade socioeconômica, sobretudo das crianças.

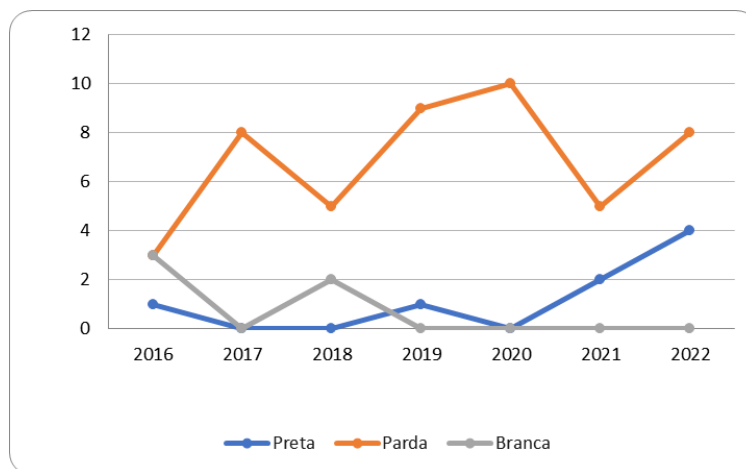
Figura 2 - Casos de estupro por bairro segundo cor ou raça - 2018 e 2022



4.3. Casos de feminicídio registrados

O crescimento das taxas de feminicídio nos bairros também podem revelar situações de vulnerabilidade e violência a qual mulheres estão sujeitas. Entre os bairros atingidos, no período analisado só foi registrado um caso de feminicídio, para o ano de 2016 no Pinheiro. Considerando os bairros de destino, a incidência de crimes desta categoria é maior, especificamente no bairro Cidade Universitária (10 casos no período), com ausência de casos para o ano de 2021. Já o Bairro do Benedito, registrou no período 7 casos e o Tabuleiro, 3 casos.

Gráfico 8- Número de casos de feminicídios, segundo cor ou raça - 2016 a 2022



Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pela SSP/AL (2023).

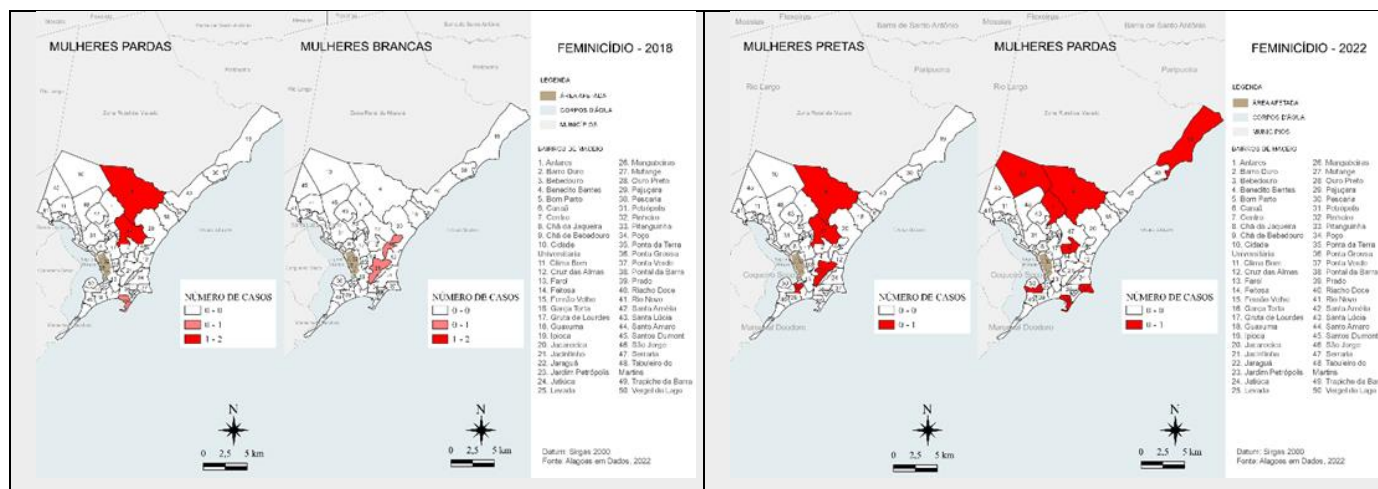
O bairro Cidade Universitária possui maior número de casos entre os anos de 2016 e 2022, no ano de 2019 ambos os bairros de Chã da Jaqueira e Gruta de Lourdes tiveram um caso registrado de feminicídio, e em 2020 um caso foi contabilizado no Clima Bom.

Entre os anos de 2016 e 2023, há vinte e dois registros do crime de feminicídio nos bairros de destino, vinte vítimas são mulheres pardas e duas são mulheres pretas. É possível notar um aumento dos casos durante o período dos anos de 2018 a 2020.

A incidência desses crimes em bairros que receberam muitos moradores das áreas afetadas e evacuadas indica um estado de instabilidade e perigo às mulheres que agora residem nesses bairros e este tipo de violência acomete ainda mais profundamente as mulheres pretas e pardas.

A Figura 3 abaixo apresenta os bairros com maior incidência de crimes de feminicídio, de acordo com as diferentes autodeclarações de cor/raça. Considerando que no ano de 2018 não foram verificados crimes de feminicídio entre mulheres pretas, o mapa de 2018 traz apenas os dados para mulheres pardas e brancas. Por sua vez, o mapa referente ao ano de 2022 não apresenta feminicídios para mulheres brancas, pois neste ano não foram registrados casos nos bairros da capital alagoana.

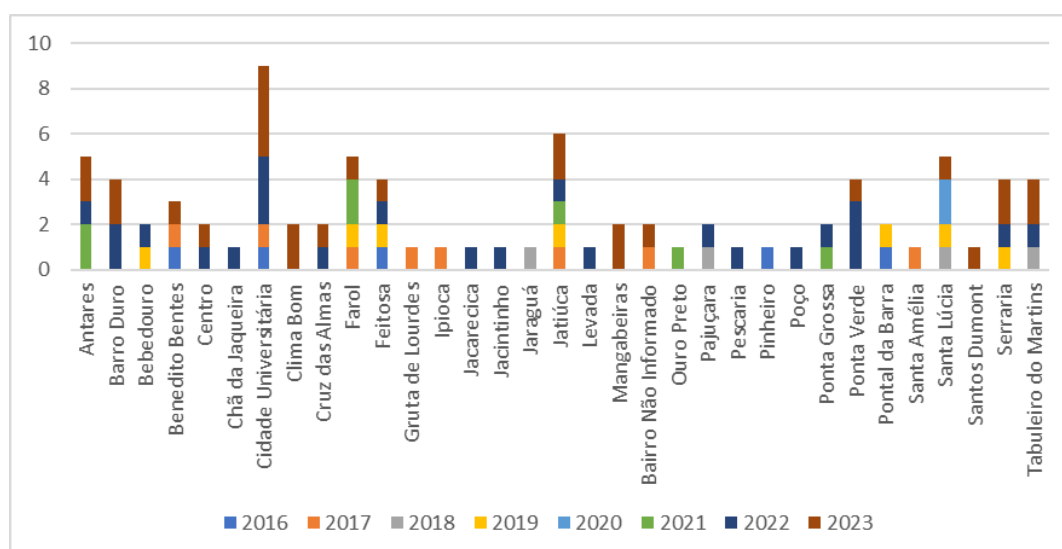
Figura 3 - Casos de feminicídio por bairro segundo cor ou raça - 2018 e 2022



4.4. Crimes de racismo registrados

Os dados recentes fornecidos pela SSP/AL mostram um crescimento expressivo nos crimes de racismo registrados a partir do ano de 2021. O quantitativo parcial informado para o presente ano já ultrapassa o número de 25 casos.

Gráfico 9 - Casos de racismo registrados por bairro 2016 - 2023

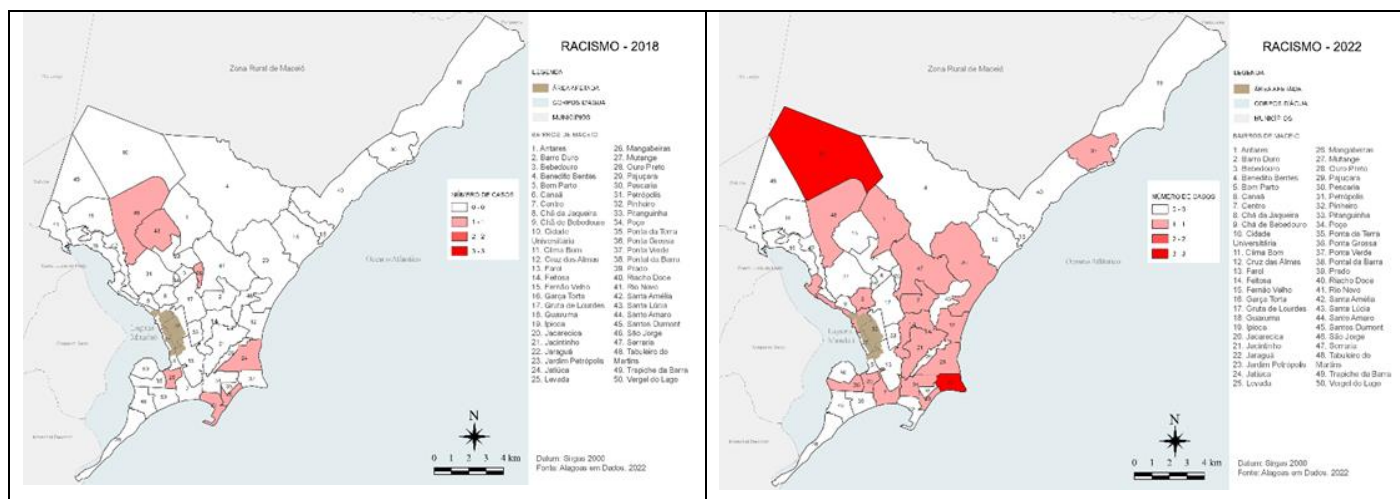


A Cidade Universitária é o bairro com o maior número de crimes de racismo, sendo 9 casos. Seguindo, respectivamente, por Jatiúca com 6 casos, Antares, Santa Lúcia e Farol com 5 casos cada um. Um ponto a se destacar são os aumentos de casos de crimes de racismo a partir do ano de 2020 nos bairros de Antares, Barro Duro, Mangabeiras, Ponta Verde, Ponta Grossa, Cruz das Almas e Clima Bom.

É necessário entender que esses números de crimes de racismo representam realidades de pessoas diferentes, mesmo que a tonalidade da cor da pele seja igual ou semelhante. Há outros marcadores sociais que podem potencializar as ocorrências, como os de gênero, sexualidade e poder aquisitivo, que podem delimitar o quanto essas pessoas sofrem discriminação social, evidenciando também a interseccionalidade desses marcadores (Collins, 2021).

Com os impactos do desastre socioambiental que alguns bairros de Maceió sofreram diretamente, as pessoas que tinham menos condições financeiras foram para outros bairros periféricos, para lugares que estão sendo há muito tempo vulnerabilizados socialmente, por isso, é visível o aumento de crimes de racismo nos bairros de destino, conforme a Figura 4.

Figura 4 - Casos de racismo por bairro - 2018 e 2022

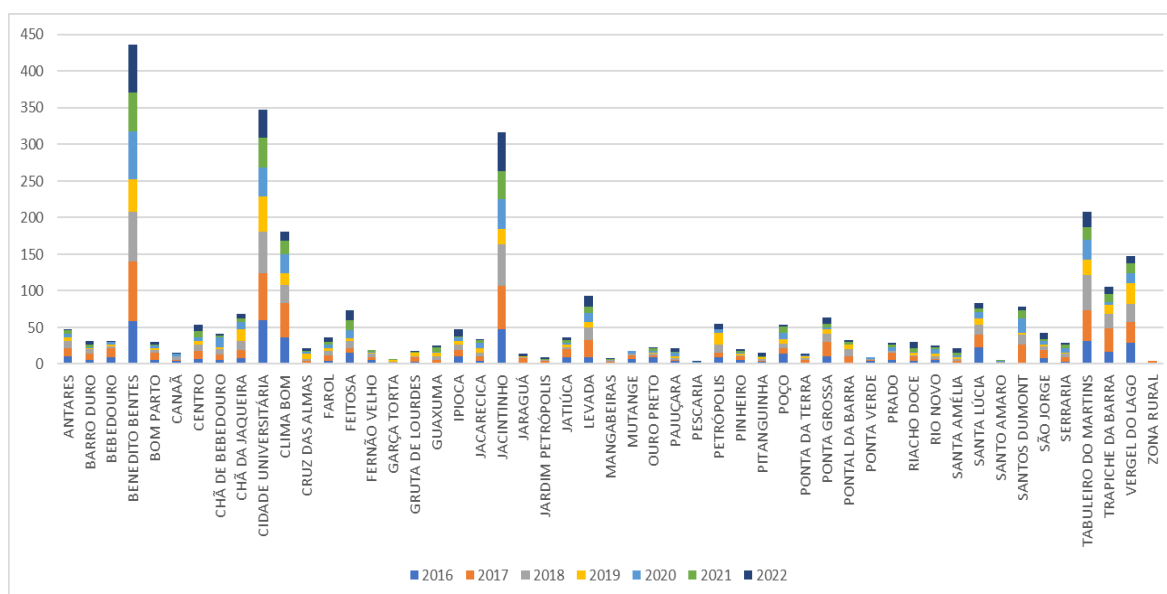


4.5. Crimes letais ou violentos

O gráfico 10 a seguir, apresenta o quantitativo de crimes letais que ocorreram nos bairros de Maceió entre o período de 2016 até 2022. Os dados mostram que os

quatro bairros que concentraram o maior número de crimes letais foram o Benedito Bentes, Cidade Universitária, Jacintinho e Tabuleiro do Martins.

Gráfico 10 - Casos de crimes letais por bairro 2016 - 2022



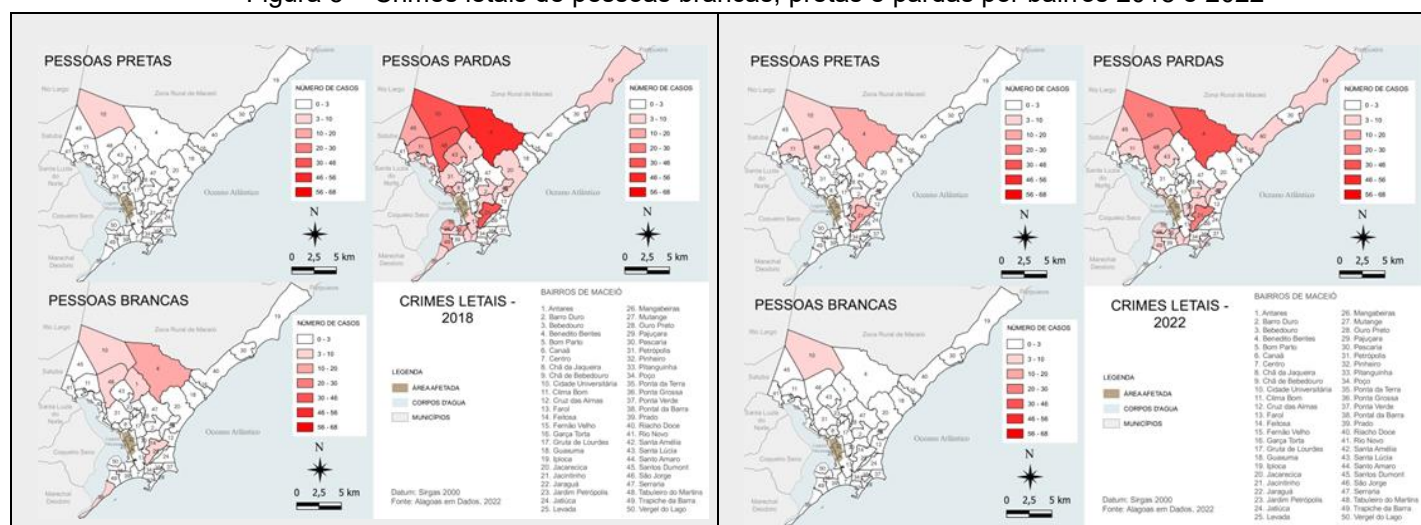
Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pela SSP/AL (2023).

A Figura 5 abaixo reúne um conjunto de mapas que representam a incidência de crimes letais por bairros de Maceió, levando em consideração a cor/raça das vítimas para os anos de 2018 e 2022, tendo em vista que maior parte das vítimas são homens, os dados não foram desagregados por gênero.

Entre as pessoas brancas, considerando os dois anos analisados, os dados mostram que ocorreu uma queda considerável no número de crimes letais entre 2018 e 2022. Bairros como Antares, Tabuleiro do Martins, Jacintinho e Pontal da Barra, que em 2018 encontravam-se na faixa entre 3 a 10 crimes letais, passaram a figurar na faixa entre 0 a 3 em 2020. No Benedito Bentes a redução foi maior, passando de 10 a 20 em 2018 para 0 a 3 em 2022.

Por outro lado, quando considerada a população preta a situação é totalmente contrária. Comparando o cenário visto em 2018 com o que foi verificado em 2022 percebe-se um aumento no número de crimes letais. Bairros como o Tabuleiro do Martins e o Clima Bom, que antes se encontravam na faixa entre 0 a 3 crimes letais, passaram para faixa de 3 a 10. Já Benedito Bentes e Jacintinho, que antes estavam na faixa de 0 a 3 crimes letais no ano de 2018, passaram para a faixa de 20 a 30 no ano de 2022.

Figura 5 – Crimes letais de pessoas brancas, pretas e pardas por bairros 2018 e 2022



Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pela SSP/AL (2023).

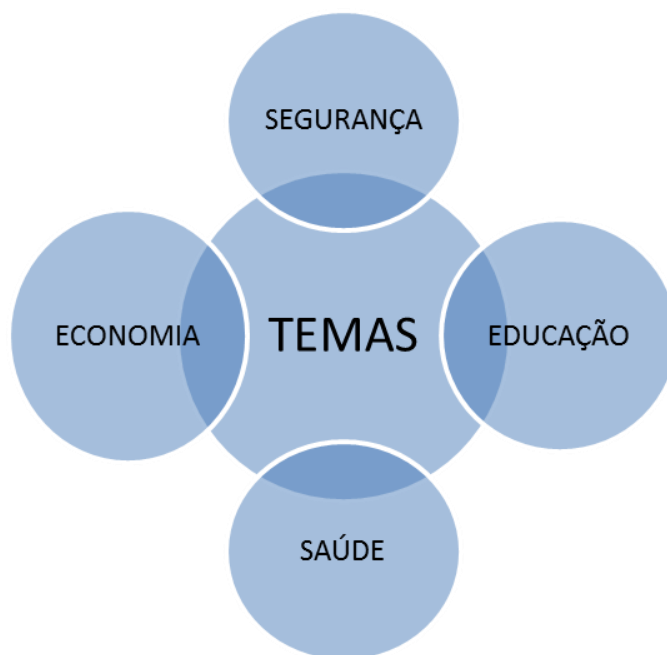
Por fim, os pardos compuseram o grupo que registrou a maior distribuição de crimes letais pelos bairros da capital alagoana. Comparando o retrato do ano de 2018 com o ano de 2022, percebe-se que ocorreu uma redução na incidência desses crimes em parte considerável dos bairros. Somente no Riacho Doce e na Pajuçara é que ocorreu um aumento entre 2018 e 2022. De todo modo, mesmo com a redução verificada, permanecem sendo os grupos pardos as maiores vítimas de crimes letais nos bairros de Maceió.

5. Resultados das entrevistas

A escuta dos interlocutores resultou na síntese que será apresentada a seguir. Durante o processo de interação várias questões foram abordadas e os principais temas foram agrupados de maneira a promover uma inteligibilidade sobre o processo de deslocamento destas pessoas, dando destaque às vivências no novo local de moradia e aos principais problemas enfrentados. As visões das mulheres e das pessoas pretas e pardas foram priorizadas, contudo a análise e a escuta não se restringiram apenas a essa perspectiva. Ressalte-se que tal análise não intenciona generalizar os resultados por meio dos argumentos e relatos trazidos pelos entrevistados.

A partir dos relatos os temas agrupados foram: Segurança, Saúde/Acesso a serviços de saúde, Educação/Acesso aos serviços de educação e Economia, Renda e Riscos a Vulnerabilidade Socioeconômica.

Figura 6 - Temas abordados na escuta



Fonte: elaboração própria.

O tema segurança foi amplamente discutido nas interações e versou sobre a experiência dos deslocados nos novos bairros de destino. Destaca-se que os dados estatísticos já apontam para as diferenças dos indicadores de violência entre os bairros de origem e destino, porém os relatos possibilitaram verificar como determinadas situações se materializaram nas vidas destas pessoas. Insegurança, racismo e conflitos urbanos foram apontados nas falas dos interlocutores.

Os serviços públicos relacionados à Saúde e Educação também tiveram destaque nas falas. Boa parte da população deslocada utiliza desses serviços a partir da oferta do poder público. Aqui destacamos a fala de moradores preexistentes dos bairros de destino, pois a experiência que tais interlocutores apresentaram possibilitou compreender o fenômeno por mais de uma dimensão, ou seja, uma visão daqueles que já residiam nos bairros e podem comparar como a prestação dos serviços foi ou não afetada pela entrada dos novos moradores. Os relatos de ambos versaram sobre as dificuldades em acessar estes serviços nas áreas de destino.

No que diz respeito à ocupação e renda, os relatos assinalam para os problemas que o deslocamento proporcionou na vida destas pessoas. As dificuldades

informadas apontam para o fim de uma economia local dos bairros de origem, fato que comprometeu a principal fonte de renda de algumas famílias, como também, implicações nas vidas das pessoas que inseridas no mercado de trabalho formal, pois muitos tiveram que deixar de trabalhar para realizar cuidados domésticos ou foram morar distante do local de trabalho.

Destaca-se que no processo de escrita deste relatório além de condensar as falas em temas, buscou-se reproduzir as principais expressões proferidas pelos interlocutores no decorrer das conversas. Desta forma, as palavras e frases que estão entre aspas ou em destaque ao longo do texto foram aquelas que os interlocutores utilizam nas suas falas. Explicitar as expressões proferidas se torna relevante na medida em que possibilita o leitor acessar com maior fidelidade o conteúdo que envolveu as entrevistas.

Alguns fatos vivenciados nos momentos de interação merecem ser colocados para o leitor. As entrevistas foram marcadas por inúmeros períodos de emoção e “dor”. Muitos interlocutores se emocionaram ao relatarem suas vidas antes e após o fenômeno. O olhar que eles lançavam para o presente, ao relataram seu momento atual, sempre era comparativo a vida que possuíam antes do deslocamento. Memórias afetivas se chocavam com as dificuldades que a nova realidade se impunha em suas vidas. Choro, silêncio profundo, olhar de revolta, indignação, sensação de injustiça e impotência envolveram as falas e as expressões corporais dos mesmos no decorrer das entrevistas.

Um dos principais pontos que mais apresentou recorrência durante as conversas foram relatos sobre a ruptura das redes de apoio que existiam e prestavam suporte à vida de tais pessoas. O estilhaçamento ocorrido nas vidas destes sujeitos; onde vizinhos, amigos e parentes que antes estavam próximos e agora não estão mais; potencializa as dificuldades encontradas na nova moradia.

Além da ruptura com das redes de apoio, às relações sociais que se estabeleciam nos bairros de origem e facilitam a interação com os serviços públicos de educação e saúde também foram perdidas. Por fim, os relatos dos moradores

deslocados destacam que a recepção nos novos bairros não tem sido boa. Alguns falam que se sentem como verdadeiros “estranhos”, “forasteiros” ou “refugiados”.

Enfatiza-se que a nova moradia, quando localizada nos principais locais de destino, apresenta condições mais desfavoráveis àquelas encontradas em seus bairros de origem. Tal associação, perda da rede de apoio e territórios com piores indicadores de qualidade de vida, aumentam a vulnerabilidade de pessoas que já vivenciavam adversidades.

5.1. Segurança

Dentre os aspectos observados nas interações com os interlocutores tem-se o item segurança como um dos pontos amplamente citados. Questões com insegurança, violência de gênero, racismo e conflitos urbanos são alguns dos temas que aparecem nos relatos.

As informações levantadas com os dados secundários nos mostram que os principais bairros de destino (Benedito Bentes, Cidade Universitária, Tabuleiro dos Martins e Clima Bom) para o qual a população se deslocou apresentam índices de violência mais elevados do que os encontrados nos bairros de origem como pode ser observado na seção anterior.

Importa destacar que tais índices de violência já se apresentavam mais elevados mesmo antes do processo de deslocamento, ou seja, não há como correlacionar as taxas de criminalidade encontradas em tais bairros com a migração vivenciada pela população afetada. Contudo cabe destacar que a população deslocada passou a encontrar um contexto de insegurança maior na nova localidade, principalmente, os que passaram a residir nos bairros mais violentos da cidade.

A sensação de insegurança vivenciada por essa população deslocada e relatada nas conversas tem relação com o fim da rede de apoio existente nos bairros de origem que foi, segundo relatos: “fraturada”, “quebrada”, “estilhaçada”. Desta forma o processo de apoio mútuo que acabava por gerar uma forma de “segurança comunitária” foi perdido, pois na nova localidade os deslocados passaram a ser

reconhecidos como um “estranho”, um “desconhecido”, um “forasteiro” ou mesmo um “refugiado”.

A gente se ajudava. Sabia quem era quem no bairro. Ninguém mexia com a gente. Se viesse mexer a gente já sabia que não era do bairro...

Nós cuidávamos um do outro. Às vezes fulana pedia para eu olhar o filho dela na rua ou mesmo para se deslocar entre uma rua e outra. Hoje não temos mais isso! A quem eu vou pedir isso? Meus parentes moravam todos próximos, na mesma rua ou na rua de trás. Agora tá tudo espalhado!

Nós ficávamos conversando na porta antes. Todo mundo se conhecia. Eram várias famílias que ficavam na porta no final da tarde conversando, as crianças brincando na rua. Agora eu não tenho mais coragem de ficar aqui na porta. Não conheço ninguém. Não sei quem é quem.

O bairro era uma família...

Os relatos apontados acima demonstram que as vivências cotidianas como: sentar no final da tarde na porta de casa e socializar com os vizinhos, solicitar ajuda para observar as crianças e adolescentes no deslocamento dentro do próprio bairro; foram perdidas com as alterações territoriais vivenciadas por tais famílias. Além disso, o deslocamento para bairros que possuem indicadores de violência mais elevados potencializa a sensação de insegurança que tais relatos demonstram.

A sensação de insegurança relatada pelos moradores deslocados assume outra perspectiva quando são observadas, particularmente, a experiência das mulheres. As mesmas representam um quantitativo elevado da população que residia nos bairros deslocados, fato visto na análise demográfica, como também, foram as principais interlocutoras ouvidas nesta pesquisa. A violência que incide sobre as mulheres se materializa desde aspectos verbais até o feminicídio.

A sensação de insegurança ou de violência iminente é presente no cotidiano das mulheres. A pesquisa realizada pelo IBGE (2022) aponta que 63,6% das mulheres brasileiras com 15 anos ou mais informaram evitar chegar ou sair tarde de casa por motivos de segurança e 56,6% evitam lugares com poucas pessoas circulando. Esses dados se refletem também nas entrevistas realizadas, com destaque para a mudança para o novo endereço.

As mulheres nos novos locais, por não possuírem uma rede conhecida acabam ficando mais vulneráveis. Ficam mais sujeitas a violência, estupro, roubo..

Eu não tenho para onde correr. Uma amiga já sofreu violência...Não conheço ninguém aqui

Mais uma vez o fato de residir em uma nova localidade onde novos ambientes e pessoas passam a fazer parte do seu cotidiano acabam por gerar uma maior sensação de insegurança nas mulheres deslocadas. Os relatos apontam que novos hábitos passam a fazer parte das suas realidades na tentativa de evitar as várias formas de violência que estão sujeitas. Dentre estas novas práticas, salienta-se: evitar andar sozinha e não utilizar determinados tipos de roupas, como pode ser observado no relato abaixo, são práticas incorporadas na nova dinâmica vivenciada no bairro para o qual se deslocou.

Não gosto de andar sozinha aqui. Tenho certo medo. Hoje eu ando mais coberta (com mais roupa). Às vezes você ouve certas coisas e para evitar é melhor fazer isso.

Vou comprar pão e fico escutando piadinha...

É importante destacar que a violência contra a mulher não é uma particularidade das novas localidades, porém pelo fato de as mulheres deslocadas estarem em um novo ambiente em que não são conhecidas ou mesmo desconhecem a dinâmica da nova localidade fazem com que elas se percebam mais vulneráveis nestes espaços. A falta de ter a quem recorrer em caso de alguma situação de

violência (“Eu não tenho para onde correr...”) potencializa a sensação de insegurança por elas vivenciada.

Outro ponto que também merece destaque na análise sobre violência diz respeito à questão da raça ou cor da pele. Os dados demográficos apontam para uma predominância de pretos e pardos nos bairros de origem, como também, nos principais bairros de destino. Os crimes de racismo apontados na análise anterior apresentam crescimento nos registros, porém ainda tem-se a existência de uma elevada subnotificação.

Em um dos relatos uma das interlocutoras destacou que na nova localidade ela vivenciou situações de racismo e violência policial. A mesma destaca que dificilmente passaria por tal situação se estivesse vivendo “em meu bairro”. Na ocorrência ligada ao racismo a interlocutora destaca que dado ao desconhecimento que as pessoas da nova localidade têm sobre ela a mesma deixou de ser conhecida pelo seu nome social e passou a ser reconhecida pelo marcador social de “negona”.

Não falam mais é a fulana.... agora é a negona.

Com relação a violência policial a mesma aponta que estava em frente de casa com seu filho pequeno no colo em um dia de festejos na comunidade. Ao observar uma abordagem policial que acontecia com garotos da região, ela foi questionada pela guarnição se estava filmando a operação. Mesmo com a indicação de que não estava filmando, ela passou a ser abordada pela polícia e foi colocada na viatura e levada para a delegacia.

Eu estava na frente da casa da minha mãe com meu filho no braço. Eles estavam revistando uns garotos que estavam na praça. Eu estava com o celular na mão. Aí eles (policiais) cismaram comigo e vieram para cima de mim. Ficaram falando várias coisas. Eu tenho certeza que se eu estivesse no meu bairro essas coisas não aconteceriam. As próprias pessoas que me conhecem não iriam deixar, como também, os policiais que

rodavam no bairro sabiam quem era quem. Se não fosse a minha cor e não estivesse aqui eles não iriam fazer isso comigo.

Também merece atenção na análise que envolve raça ou cor de pele a observação sobre as vítimas de crimes letais violentos (CLV). Majoritariamente, independente de localidade na cidade de Maceió, são os pretos e pardos que lideram as estatísticas de mortes violentas. Tais evidências estatísticas nos levam a perceber que a população negra está mais vulnerável a situações de violência letal.

As estatísticas oficiais apresentam, historicamente, elevadas taxas de homicídios no país para a população negra (pretos e pardos). Em 2020 um homem negro tinha 3,5 vezes mais chances de morrer por arma de fogo que um homem não negro no Brasil. No caso do estado de Alagoas, para o mesmo período, a taxa de homicídios provocadas por arma de fogo entre homens negros foi de 79,2% e de não negros foi de 2,5%. Tais taxas indicam que a chance de um homem negro morrer em decorrência de uma arma de fogo no estado de Alagoas foi de 31,7 vezes maior que um não negro no ano de 2020 (Instituto Sou da Paz, 2022)

Quando a observação se debruça sobre os bairros de destino tem-se que tais fatores são mais agravados como podem ser observados nas análises anteriores que analisam a série histórica dos crimes letais violentos. Alguns relatos das entrevistas apontam para um problema que envolve conflitos urbanos relacionados, particularmente, aos jovens em deslocamento. Muitos destes jovens acabam enfrentando novas realidades e as disputas pelo domínio de territórios e dos mercados de produtos ilícitos acabam atingindo diretamente as suas vidas.

Os deslocamentos habitacionais pelos territórios que formam a cidade podem desencadear situações de conflito, pois os grupos faccionais que dominam os bairros periféricos acabam por entrar em conflito na disputa pelo monopólio da localidade (Canjão, 2018). Em Alagoas e, particularmente, Maceió, alguns trabalhos apontam para os tensionamentos existentes nas periferias maceioenses na disputa pelos territórios (Rodrigues, Silva, Santos; 2020; Motta *et al.*, 2022; Carvalho, JARA E Santos, 2023). Muitos destes estudos apontam que o conflito se agravou a partir de 2016

quando o acordo entre as duas principais facções que dominam os territórios periféricos foi rompido.

Essa nova realidade se coloca diante dos moradores deslocados (principalmente para aqueles que residiam em áreas mais “nobres” dos bairros atingidos) na medida em que os mesmos passam a entender os meandros que marcam os conflitos urbanos da cidade. Tal temática era vista com distanciamento antes, porém a nova realidade passa a impor uma maior proximidade com o fato, como também, a necessidade de entendimento se faz presente.

A proximidade com o fato se materializa na medida em que muitos jovens conhecidos da antiga localidade passam a fazer parte das estatísticas de crimes violentos como vítimas. Em outros casos os jovens não conseguem se deslocar, pois passam a ser “alvos” na nova localidade; ou são percebidos como suspeitos/inimigos no novo território. Há também os casos em que existe a cooptação destes jovens que vivem em situação de vulnerabilidade.

Um dos relatos aponta que uma família da “encosta” (Mutange) recebia apoio de uma rede específica do bairro para auxiliar na criação de um menino, pois o mesmo vivia apenas com a avó idosa. A criança passava o horário do contraturno escolar sob os cuidados de algumas pessoas da comunidade. Após o deslocamento a família foi para um bairro distante e essa rede de apoio foi perdida. Segundo uma das interlocutoras a notícia de que o jovem tem “sumido” no período da tarde, provavelmente cooptado pelo poder paralelo que domina o território, preocupa.

Antes a gente cuidava dele aqui. Toda a tarde ele vinha ficar com a gente. Cuidávamos dele. Hoje não tenho mais notícias direito. Sei que ele tem sumido no período da tarde, deixando todo mundo aflito. Não quer ouvir mais ninguém. É uma pena! Isso é terrível, pois ele já vivia em um contexto de vulnerabilidade e foi para um pior. É difícil isso!

Com relação ao conflito na disputa por território, alguns interlocutores colocaram que não tinham um bom entendimento da dinâmica, das gramáticas e

práticas que envolvem os conflitos urbanos na cidade. Com a nova morada passaram a ter que entender este fato até para poder se adaptar ao contexto local.

Eu não entendia nada de facção. Não sabia dessa rixa (do conflito entre os bairros pela disputa do território). Passei a entender tudo sobre isso! Tem um negócio dos números, cor da camisa... tem que ficar atento a essas coisas, pois os daqui (bairro de destino) ficam logo querendo saber quem é quem.

Eu vejo muito jovem morrer e ninguém fala nada sobre isso!

Não associam esse negócio (deslocamento entre os bairros provocados pela migração forçada dos moradores atingidos) com a violência, homicídio dos jovens...

Avançar em investigações que possibilitem um melhor entendimento dos conflitos urbanos existentes na disputa por territórios é crucial para compreender os efeitos que tal fenômeno tem sobre os jovens da cidade e, particularmente, sobre os jovens que foram forçados ao processo de deslocamento.

Por último cabe destacar que residir em uma localidade onde ainda não possui laços de afetividade construídos, redes de apoio ou que você é mais um “desconhecido” faz com que situações de violência possam ser vivenciadas com mais frequência, ou a sensação de insegurança se torne mais potencializada. Além disso, por serem, os bairros de destino, áreas que apresentam maiores índices de violência a população deslocada passa a vivenciar situação de vulnerabilidade mais intensas, como os relatos apontam:

Empurrados para a periferia, mais vulnerável vai ficar...

Mandando as pessoas para lugares insalubres para ficarem mais insalubres....

Diante de tais relatos é importante dar destaque a questão da insegurança que tais famílias passam a vivenciar nas novas localidades de moradia. O estresse emocional que tais pessoas já vivenciam com todo o fenômeno acabam se somando

ao contexto “insalubre” ou mais vulnerável que encontram nas novas localidades. Além disso, as mulheres e os jovens pretos e pardos que já vivenciavam um contexto de maior vulnerabilidade em seus bairros de origem passaram a se deparar com um ambiente de maior violência nas localidades de destino.

5.2. Educação/acesso aos serviços de educação

As análises realizadas no Diagnóstico Técnico Participativo apontam que o campo educacional foi um dos que mais sofreram com o fenômeno/desastre, pois cerca de 18 aparelhos públicos educacionais foram afetados, seja com a desativação, mudança ou monitoramento.

Outro ponto que o mesmo diagnóstico destaca são algumas características educacionais da cidade de Maceió. O documento indica, ao realizar uma análise com base nos recortes territoriais utilizados (NF1, NF2 e NF3), as diferenças que marcam a questão do nível de escolaridade dos jovens e a oferta de aparelhos públicos na área educacional destes bairros.

A problemática sobre o sistema educacional, principalmente, nas áreas mais vulneráveis que a análise do referido relatório enfatiza são destacadas como prévias ao fenômeno do deslocamento forçado, ou seja, o problema já existia para atender a demanda natural do bairro e com a chegada de novos moradores esses problemas tendem a se potencializar. Diante disto lançar tratativas para essas questões são importantes no sentido de minimizar os problemas enfrentados pela população deslocada, pois como aponta uma das interlocutoras:

Tudo que poderia ser feito para minimizar o sofrimento destas pessoas são coisas que nunca foram feitas na saúde, na educação da periferia da cidade...

A atenção que deve ser deslocada para as questões envolvendo o sistema educacional dos bairros de destino devem ser ampliadas, pois além dos fatos já relatados o período também foi marcado pela Pandemia da COVID-19. Tal período impôs condições ainda mais adversas à população vulnerável, comprometendo, desta forma, o processo de aprendizagem ao qual estes jovens estão expostos.

As análises realizadas por Bof e Moraes (2023) destacam que ocorreu um agravamento no aprendizado dos estudantes brasileiros com a Pandemia. Os autores destacam que, de modo geral, todos os alunos sofreram, porém, tal situação foi mais grave para os da rede pública, fato que proporcionou uma ampliação da assimetria já existente entre a rede pública e a privada de ensino.

Contudo, analisando especificamente o caso da população realocada, nas conversas com os interlocutores foram relatados problemas no que diz respeito a realocação das crianças e jovens para as unidades educacionais dos novos bairros, as falas apontam para dificuldades, como: falta de orientação na realocação escolar dos filhos nos bairros de destino, em realizar matrícula na escola pública do bairro de destino, dificuldades no contato com os gestores da nova escola e sofrimento dos filhos com a adaptabilidade a nova escola.

O primeiro ponto destacado se refere a falta de orientação quanto a realocação dos estudantes nos novos bairros de destino. O primeiro ponto era a incerteza da nova localidade de residência da família, pois dada a emergência da realocação, a busca por novos territórios se tornava uma prioridade impositiva.

A proximidade entre a residência e a escola foi um dos fatores ponderados pelos pais e principalmente, as mulheres, pois são elas, em sua grande maioria, que assumem a responsabilidade sobre os cuidados dos filhos. Desta forma, ter a escola dos filhos em um perímetro próximo da nova moradia facilita a conciliação entre a vida materna e as atividades produtivas. Essa necessidade se tornou ainda mais evidente com a “fratura” da rede de apoio que existia no bairro de origem e auxiliava nos cuidados com os filhos.

As pessoas perderam suas redes de apoio que auxiliavam no suporte cotidiano das atividades produtivas e reprodutivas. Muitas mulheres acabaram fraturando essa rede ao perderem seus vizinhos, pois passaram a morar em localidades em que essa rede não existe.

Mulher, periférica e mãe solo tudo piora...

O segundo ponto diz respeito a conseguir uma matrícula para os filhos na nova escola. Em conversas com interlocutores que passaram a residir em bairros do NF3 os mesmos destacam a dificuldade em conseguir uma vaga para os filhos. Os dados apresentados e discutidos no Diagnóstico Técnico Participativo já apontavam para esse possível problema de sobrecarga destas localidades.

Contudo dois outros pontos que apareceram nas conversas foram de ordem mais qualitativa e que no contexto nos quais tais pessoas foram submetidas merecem atenção. Um diz respeito à interação dos pais ou responsáveis com os gestores escolares das novas escolas. A passagem para novos territórios demanda uma adaptação no que diz respeito à construção de novas redes e interações sociais.

Em alguns casos as demandas do dia-a-dia são mais facilmente resolvidas quando existe previamente o estabelecimento de um vínculo social. Alguns pais eram ex-alunos das escolas em que seus filhos estavam estudando antes do deslocamento. Os professores ou gestores escolares tinham sido seus professores também. Essa realidade facilitava a interação entre os pais e a escola, principalmente, em aspectos relacionados à educação dos filhos.

O coleguinha do meu filho puxou o cabelo dele. Fui até a escola (no bairro de destino) falar com o pessoal sobre o ocorrido. Foi a maior dificuldade. A coordenadora disse que era assim mesmo... Como é assim mesmo? Se fosse na antiga escola eu teria resolvido mais fácil. A Maria[1] que foi minha professora iria cuidar de uma forma diferente. Ela me conhece e não iria tratar desta forma. A gente chega lá e somos estranhos e para as crianças também é essa sensação.

O outro ponto de destaque se refere a adaptabilidade das crianças ou jovens nas novas escolas. Além do “estresse” vivenciado por esse grupo diante das incertezas que o fenômeno promoveu em suas vidas, a “fratura” provocada em suas redes sociais que se estabeleciam nas moradias e áreas de convivência nos bairros de origem também afetou seu ambiente e desempenho escolar.

Muitos tiveram que mudar de escolas e passaram a ter que conviver com “tudo novo”. Alguns dos interlocutores ouvidos apontaram que seus filhos apresentaram resistência em ir para a nova escola. Outros indicaram situações de ansiedade nas crianças. Os relatos apontam, também, para a falta de apoio psicológico para esse público.

Por fim, outro ponto mencionado é a falta de creches que possibilitem que as famílias possam deixar seus filhos enquanto vão trabalhar. As creches passaram a ser mais necessárias, tendo em vista a “quebra” da rede de apoio que auxiliava nestas atividades de cuidado na primeira infância. Existem relatos de que algumas mães tiveram que abandonar suas ocupações para destinar seu tempo ao cuidado dos filhos.

5.3. Saúde/Acesso aos serviços de saúde

Um dos principais temas que emergiram durante as conversas com os interlocutores foram os relacionados à saúde dos deslocados e ao acesso aos serviços básicos de saúde nos bairros de destino. Importa realizar essa diferenciação, pois diante dos fatos que marcaram a vida de tais pessoas nos últimos anos inúmeros impactos relacionados a suas respectivas saúdes são sentidos em suas vidas.

Na esteira destes acontecimentos doenças são desenvolvidas ou agravadas. Além disso, diante deste cenário em que o sujeito tem sua saúde fragilizada, caminhos para o tratamento devem ser estabelecidos como uma forma de remediar os problemas vivenciados nos últimos anos.

A questão da depressão, ansiedade e pânico foram amplamente relatados pelos nossos interlocutores. Muitos falaram que a situação vivenciada, onde as questões relacionadas à incerteza e ao medo passam a fazer parte do cotidiano, levando ao desenvolvimento destas doenças.

Corpo em pé, sangue pulsando e a mente destruída...

Aqui em casa depois de todo esse acontecimento... Dessa violência que a gente sofreu a Maria[2] e a Clarice[3]

desenvolveram depressão. Foi terrível! Difícil! Elas ficaram super mal. Elas não eram assim... não eram. Eram alegres. Tinham vida. Hoje! Fica oscilando.

Minha mãe ficou depressiva com tudo isso.... Não tem alegria de fazer mais nada

Muita gente ficou com problemas psicológicos...

Meu filho mudou muito. Ele tá diferente. Fica com medo de tudo. Hoje tá um pouco melhor. Tinha dias que ele pedia para não ir para a escola.

Há, também, relatos do desenvolvimento de “ansiedade” ou “pânico” nas crianças e adolescentes, como pode ser percebido no relato acima. Muitos passam a não querer frequentar a escola ou mudaram seu comportamento. Importa destacar que estas falas foram de mulheres que passaram a vivenciar essa realidade depois do fenômeno de “afundamento do solo” e antes e após a desocupação com seus parentes.

Tal fato implica em um aumento de sobrecarga, pois na sua grande maioria as mulheres ficam responsáveis pelos cuidados da família. Atenção deve ser alocada a esses aspectos, pois todo o estresse vivenciado pelas mulheres diante das alterações em seus modos de vida e o aumento dos cuidados com seus dependentes pode fazer com que elas desenvolvam essas e outras patologias. Desta forma é importante cuidar de quem cuida também, pois como uma interlocutora fala: “tudo cai nas costas das mulheres!”.

Diante deste novo cenário que se coloca na vida das pessoas deslocadas, os cuidados com a saúde devem ser ampliados tanto para remediar os efeitos que o novo contexto de vida impõe para essas pessoas quanto para atuar de forma preventiva. Neste ponto, o acesso a serviços de saúde ganha destaque e dificuldades são relatadas.

O mapeamento constante no Diagnóstico Técnico-participativo apresenta alguns dados referentes ao acesso aos serviços de saúde. O primeiro deles é que existe uma heterogeneidade na cobertura dos serviços básicos de saúde na cidade de Maceió. Dentro das diferenças que marcam essa realidade tem-se que a oferta e a avaliação dos serviços nos principais bairros de destino (NF3) são deficitárias. Somam-se a tais fatores o fato que maior parte da população deslocada para tais territórios tem no Sistema Único de Saúde a principal fonte de acesso aos serviços básicos de saúde.

A junção de uma baixa cobertura pré-existente na área de destino com um aumento da demanda, provocada pela chegada repentina de novos moradores, faz com que “o que já era ruim fique ainda pior”. Os relatos apontam que os bairros de destino já não suportavam atender a demanda “natural do bairro”, ou seja, os moradores da região não conseguiam acessar os serviços, como destaca o relato de uma moradora de um dos bairros de destino:

Você vai no posto e são entregues apenas 10 fichas no dia. Você chega lá e não tem ficha. Tem que ficar em lista de espera. Isso já era assim. Há muito tempo é assim. O povo que tá chegando do Pinheiro (geralmente eles se referem apenas ao bairro do Pinheiro para o fenômeno)[4] tá ficando em lista de espera também. Não tem como atender esse povo todo. Na verdade, nada nunca foi feito...

Podemos somar esse relato dos problemas enfrentados para acessar os serviços de saúde nos bairros de destino com os das pessoas deslocadas, ver abaixo, entrevistadas para entender as dificuldades que marcam a realidade dos deslocados.

Hoje eu não consigo marcar consulta nenhuma, nem exame....

Tento e nada. Vou ao posto de saúde e não tem vaga... Tô tendo que esperar mais de 3 meses.

Pra gente é ruim demais. A gente já tá numa situação dessas e só faz piorar....

A gente tá precisando de cuidados. Tá todo mundo ficando doente, ou melhor, já estamos doentes. E várias pessoas que eu conheço estão passando por essa dificuldade.

Infelizmente é assim... quem tem um pouco de dinheiro tem que pagar. Quem não tem nada (dinheiro) tem que esperar mesmo...

Mais um sofrimento em nossas vidas.... Já perdi casa, agora não tenho mais saúde

Um ponto que também aparece nas falas dos interlocutores revelam que os vínculos sociais que os mesmos possuíam em seus bairros de origem se ampliavam para o acesso aos serviços de saúde. Muitos relatos falam que utilizavam o Programa Saúde da Família, tinham mais facilidade para marcar exames e consultas, tinham um cronograma de atendimento e de ações do posto de saúde da localidade, conheciam a agente de saúde e que o trabalho era feito de forma preventiva, principalmente no que diz respeito à saúde da mulher.

Oxe! Antes a Maria[5] (Agente de Saúde que atuava no bairro) passava na nossa rua e a gente tinha um atendimento preventivo. Marcava exame e consulta ginecológica. Hoje eu não tenho mais isso.

A gente tinha um acompanhamento. A agente sempre estava por lá. Qualquer coisa a gente ia ao posto de saúde. Não tinha problema.

Tinha vezes que combinamos alguns momentos nas casas de uma conhecida. Fazíamos uma reunião lá mesmo com a agente de saúde.

Ela (agente de saúde) passa nas casas das pessoas..... tinha atendimento para o meu pai em casa

Tudo era diferente no que diz respeito à saúde...

Hoje os relatos apontam para a perda de vínculo dessa rede de cuidados que se estabelecia. Além disso, os relatos assinalam as dificuldades de marcar exames e consultas. Outro ponto que as falas sinalizam é para a distância entre a residência e o aparelho público destinado a área da saúde, pois atualmente ficaram bem mais distantes na nova localidade. Essa realidade faz com que o acesso e as ações de cuidado à saúde sejam comprometidos.

O atual contexto enfrentado e relatado por essas pessoas se torna preocupante quando lançamos o foco de análise para as mulheres. Os cuidados preventivos que abarcam a saúde da mulher e fazem parte das ações do SUS ficam comprometidos, tendo em vista que as políticas públicas antes acessadas, hoje não são mais ou são de forma precária. Desta forma, cabe enfatizar que para uma parcela da população deslocada, o novo território de moradia apresenta condições adversas, no que diz respeito aos cuidados com a saúde de todos (filhos, maridos, pais, familiares em geral) e, principalmente, das próprias mulheres quando comparada ao que encontravam na antiga moradia.

Por fim, um ponto que também apareceu nas conversas foi o fato de que antes a localidade da antiga moradia permitia uma circulação mais fácil pela cidade. Esse fato tornava o acesso aos serviços de saúde nas regiões mais centrais da cidade mais facilitado. O deslocamento e a migração para bairros mais distantes do centro da cidade acabaram por se colocar como mais uma barreira ao acesso aos serviços de saúde.

5.4. Trabalho, renda e vulnerabilidade socioeconômica

Cabe considerar a importância das atividades econômicas que ocorriam na região, as quais denominaremos de economia local dos bairros atingidos. É possível afirmar que sua dinâmica estava diretamente interligada à economia da capital, reproduzindo igualmente o protagonismo do setor de serviços.

A economia local era moldada pelas interações entre os agentes econômicos, poder público e a comunidade, com destaque para as atividades exercidas informalmente e/ou no próprio domicílio (tais como: lavagem de roupa, faxina,

acompanhamento de idosos e crianças, comércio ambulante, assistência técnica domiciliar, costura, artesanato, reforço escolar, entre outros), para os pequenos e médios empreendimentos que empregavam moradores e para o consumidor local.

Nós tínhamos um mercado próprio aqui. Aqui a economia circulava. Tinha gente que vendia bolo, empada, sopa... A gente sempre ficava esperando eles passarem.

O bairro aqui (Pinheiro) era bem heterogêneo, pois pode ser considerado de classe média... Contudo dentro do próprio bairro você tinha as pessoas que serviam seus serviços de faxina e lavado de roupa. Nem precisavam sair do bairro. Lógico que vinham pessoas da encosta realizar esses tipos de serviço também. Hoje perderam isso.

Em linhas gerais, conforme mapeamento já realizado, a economia local dos bairros atingidos tinha como foco o comércio varejista e a prestação de serviços de baixa produtividade (Diagonal, 2021, pág. 304). Ressalte-se que os indicadores da situação ocupacional para o ano de 2021[6] mostraram que prevaleciam as ocupações exercidas por prestadores de serviços autônomos[7], nos bairros de Bebedouro, Bom Parto e Farol, enquanto no Pinheiro, a ocupação de pessoas aposentadas e pensionistas superava a de autônomos por uma diferença de apenas 0,7% (Diagonal, 2021, pag. 79). Complementarmente, os dados sobre a distribuição percentual das mulheres e dos indivíduos autodeclarados negros e pardos na composição populacional deslocada expressam a relevância de analisar esse grupo em particular na compreensão dos efeitos do deslocamento vivenciado por eles.

O deslocamento forçado muitas vezes leva à perda de emprego e renda estável, afetando de forma desproporcional as mulheres e pessoas de cor parda ou preta. Esses grupos podem enfrentar maiores dificuldades para encontrar empregos equivalentes ou oportunidades econômicas em suas novas localidades, o que aumenta a vulnerabilidade socioeconômica.

Entrevistas em profundidade realizadas na fase de campo revelaram os desafios desses grupos sob múltiplas perspectivas: das mulheres que detinham a propriedade e a gestão de empresas, de homens e mulheres autodeclarados pretos(as) ou pardos(as) que exerciam atividades econômicas informais, de homens ou mulheres pretos(as) ou pardos(as) que trabalhavam com carteira assinada.

O primeiro grupo relatou dificuldades para reabertura e consolidação de seus empreendimentos nos bairros de destino em virtude: excesso de oferta (grande quantidade de empresas do mesmo segmento já estabelecidas), baixa clientela, alto valor cobrado pelo ponto comercial, dívidas trabalhistas decorrentes das indenizações aos antigos funcionários na ocasião da suspensão das atividades nos bairros de origem). Apesar dos esforços para dar continuidade à prática do empreendedorismo, todas as pessoas que foram entrevistadas tiveram que encerrar definitivamente suas atividades após poucos meses de funcionamento.

Por parte dos homens e mulheres que exerciam atividades informais tais como ambulantes ou em seus domicílios, foram relatadas perdas de renda em função da mudança. As principais dificuldades encontradas dizem respeito à inexistência de ambiente propício/favorável à atividade em virtude da falta de acolhimento, desconfianças por parte da nova vizinhança e a própria concorrência. Esses relatos foram percebidos pelos pesquisadores que conduziram as entrevistas como processos de disputa por mercado, diante da escassez de clientes e outros recursos.

Meu irmão tinha uma oficina que fica ao lado da nossa casa. Tinha uma clientela que sempre recorria a ele. Depois da mudança não tem mais nada! Como ele vai abrir uma oficina no novo bairro se ninguém conhece ele?

Aqui tinha o seu João[9]. Ele consertava tudo. Todo mundo trazia tv e rádio para ele olhar. E assim ele ia sobrevivendo. Todo mundo do bairro levava para ele. E ainda diziam: se João não consertar o negócio não tem jeito mesmo.

Sempre tinha um pedreiro, encanador que atendia as demandas do bairro. Sem os moradores como ele vai sobreviver agora? Quem vai chamar a pessoa que tá morando longe agora?

Em outras situações, as mulheres passaram a ser as “chefes da família” tendo em vista a perda da ocupação dos seus companheiros (seja pela perda de vínculos empregatícios ou pela perda de ofícios também informais). Ao se responsabilizar pela provisão dos meios de sobrevivência perceberam também o aumento da sobrecarga de trabalho.

Eu fiquei trabalhando. Ele (marido) foi quem perdeu o emprego. Aí as coisas ficaram mais difíceis. Agora é que ele tá voltando...

Já o grupo de mulheres que trabalhavam como prestadoras de serviços com registro formal, algumas alegaram a impossibilidade de dar continuidade às suas atividades profissionais, em virtude dos problemas associados à mobilidade urbana, tempo maior de deslocamento e aumento do custo com o transporte.

Eu trabalhava no centro. Oxe! Era super perto. Não tinha dificuldade nenhuma. Depois que mudei pra cá eu tive que sair do emprego, pois ficou difícil de conciliar. Ainda tinham as crianças. Não deu!

Muita gente trabalhava no centro ou no mercado... Dava para ir andando, lotação, trem. Ou mesmo trabalhava no próprio bairro. Agora que foram morar bem distante, na parte alta, fica difícil. Pagar passagem todo dia já pesa.

O deslocamento para os bairros de destino acarretou perda das redes sociais e do apoio comunitário que as pessoas tinham em seus antigos territórios. No caso específico das mulheres, situações de vulnerabilidade socioeconômicas podem ser agravadas diante da necessidade de suspender suas atividades profissionais para maior dedicação aos serviços domésticos e cuidados de outros membros da família com algum grau de dependência, como crianças e idosos.

Nas entrevistas, as mulheres confirmaram que tiveram de abandonar suas fontes de renda (empregos formais ou atividades informais) para assistir em tempo integral filhos, em virtude da perda de seus vínculos próximos com parentes e amigos.

A gente aguentou por um tempo. Depois não deu mais. Eu não tinha com quem deixá-la (filha). Minha mãe não morava mais perto, nem minha irmã. Não tinha ninguém. O trabalho ficou mais longe. Ai tive que sair (trabalho) e ficar cuidando deles (família).

Por fim, as entrevistas realizadas confirmam que o emprego, o empreendedorismo, a renda e meios de sobrevivência foram fortemente comprometidos com os deslocamentos para os principais bairros de destino, sobretudo as mulheres que se mudaram para bairros periféricos e aumentaram a sobrecarga de atividades domésticas com a perda da rede de apoio.

[1] Nome fictício.

[2] Nome fictício

[3] Nome fictício

[4] Contudo a principal população que tem migrado para os territórios que formam o NF3 são ex-moradores de outras localidades, como: Bom Parto, Mutange e Bebedouro (DIAGONAL)

[5] Nome fictício

[6] Pesquisa Socioeconômica de Pré-relocação 2021, Diagonal. Dados indisponíveis para o bairro de Mutange.

[7] Não é especificado se são autônomos pessoa física ou jurídica.

[8] Terminologia utilizada pelo DIEESE para indicar o agrupamento de brancos, amarelos e indígenas

[9] Nome fictício

6. Matriz analítica das linhas de ação

Quadro 1 – Matriz de Propostas de Linhas de Ação

Área Temática	Contexto / Impactos	Propostas de Linha de Ação	Justificativa
Saúde	- Com o deslocamento, os usuários dos serviços de saúde, em sua maioria, perderam a referência nos atendimentos de atenção básica. Nos bairros de destino os deslocados têm encontrado dificuldade para acessar os serviços públicos de saúde, principalmente, os relacionados à saúde da mulher.	- Ampliação da rede de atendimento ambulatorial e serviços especializados nos bairros de destino; - Recuperação dos prontuários médicos e encaminhamento para os postos de saúde próximos a nova residência dos deslocados.	Retomada do acompanhamento público de saúde para mulheres e crianças; Oferecer agilidade aos serviços de consulta e exames.
	- Com o estresse vivenciado pelo deslocamento muitos entrevistados informaram terem desenvolvido alguns transtornos comportamentais. Tal situação atingiu crianças, jovens, adultos e idosos. Muitos relataram não ter acesso ao acompanhamento psicoterapêutico, como também, aos remédios que são utilizados no tratamento.	- Providenciar atendimentos psicoterapêuticos e acesso a medicamentos para população deslocada e de forma emergencial.	O deslocamento forçado é um evento traumático que pode causar uma série de transtornos comportamentais, como ansiedade, depressão, estresse pós-traumático, transtorno de estresse agudo, entre outros. O acesso a atendimento psicoterapêutico e medicamentos é essencial para o tratamento desses transtornos e para a recuperação da saúde mental das pessoas deslocadas.
Atividade Econômica, trabalho e renda	Os múltiplos efeitos sobre a economia local dos bairros afetados são observados principalmente a partir da inviabilidade de continuidade de prestação de serviços e comércios, formais e informais (ambulantes e domiciliares), sobretudo vinculados às redes comunitárias existentes de forma multifacetada. Gestoras e proprietárias de pequenos empreendimentos encontram dificuldades (acesso à mercado, redes de apoio, clientela) para consolidação de seus negócios em outros bairros.	-Capacitação profissional voltada para mulheres afetadas, com foco em habilidades técnicas e empreendedorismo. -Desenvolver incubadoras, redes de trabalho colaborativo (coworking, Colab). -Orientação profissional para o desenvolvimento de novos ofícios; - Criar programas de assistência financeira temporária para as mulheres e pessoas negras afetadas, especialmente aquelas que perderam suas fontes de renda. - Identificação de novas oportunidades de negócio para o estabelecimento de novos mercados/feiras;	Alterações profundas e irreversíveis na dinâmica econômica dos bairros afetados diretamente e dos principais bairros de destino. Diversas atividades formais e informais, domiciliares e de ambulantes, dos bairros afetados foram extintas. Ausência de redes de apoio que mudaram a dinâmica de trabalho e os meios de sobrevivência de diversas mulheres. Essas ações podem oferecer às gestoras e proprietárias de pequenos empreendimentos acesso a treinamento, networking e infraestrutura, o que pode ajudá-las a

		-Identificação de feiras/mercados que possam funcionar em horário estendido ou horário diferenciado. -Desenvolver incubadoras, redes de trabalho colaborativo (coworking, Colab); -Treinamentos, liderança e desenvolvimento pessoal para mulheres e população negra. Facilitar o acesso a microcréditos e programas de empreendedorismo para fomentar a criação de negócios próprios.	desenvolver seus negócios e a a superar os desafios de acesso à mercado e clientela.
	O deslocamento de jovens em idade escolar para bairros em que a capacidade de atendimento à população já apresenta dificuldades acaba por aumentar a pressão nestes serviços.	Ampliar a quantidade de vagas nas escolas dos bairros de destino localizadas no NF3. -Programas para promover atividades de ensino e práticas esportivas para manter os jovens ocupados no contra turno escolar, principalmente, nos bairros localizados no NF3. -Ofertar programas de capacitação e profissionalização com foco no empreendedorismo para os jovens deslocados. -Incentivar ações de integração e social e cultural, dando ênfase a projetos que possibilitem a valorização da cultura produzida nas periferias nos bairros remanescentes e principais bairros de destino.	A ampliação da quantidade de vagas nas escolas dos bairros de destino localizados no NF3 é uma medida especialmente importante para as mulheres. Isso ocorre porque as mulheres são as principais responsáveis pela educação dos filhos, e o acesso à educação é essencial para igualdade de gênero e também racial.
Educação	A situação de vulnerabilidade social se intensifica em decorrência do deslocamento para territórios com indicadores de violência mais acentuados. Os jovens acabam sendo os principais alvos deste cenário. Atividades que permitam ocupar o tempo ocioso pode se colocar como um empecilho à cooptação de tais jovens pelos grupos que dominam o mercado de ilegalidades no território.		Essas ações podem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, pois permitirá que as escolas tenham mais recursos para investir em cursos, infraestrutura, professores e outros profissionais qualificados.
Segurança	A violência de gênero e o racismo são destacados nas principais localidades de destino	- Divulgar os principais canais de denúncia para as mulheres deslocadas;	A violência de gênero e o racismo são destacados nas principais localidades de destino

	e nos bairros diretamente afetados. Diante deste cenário em que a realidade de vulnerabilidade social se acentua com a mudança de localidade ações que permitam mitigar aspectos de insegurança, principalmente, para as mulheres se faz necessário. A partir do deslocamento, os relatos apontam para a ampliação dos conflitos entre jovens, sobretudo negros, na disputa por território e mercado de produtos ilegais.	Desenvolver estudos que analisem com mais profundidade os impactos dos deslocamentos na violência entre jovens nos territórios de destino	e nos bairros diretamente afetados. Diante deste cenário em que a realidade de vulnerabilidade social se acentua com a mudança de localidade ações que permitam mitigar aspectos de insegurança, principalmente, para as mulheres se faz necessário. Possibilitar um melhor acompanhamento sobre a realidade da violência nos principais bairros de destino investigando os impactos que tais migrações causam nos indicadores.
	Os indicadores de violência contra as mulheres e contra a mulher nos bairros com populações negros, em anos recentes, sofreram aumento em alguns bairros diretamente afetados, indicando, desta forma, que estão enfrentando um contexto de violência mais acentuado.	Intensificar o monitoramento da violência remanescentes, por meio: ampliar rondas e dar mais visibilidade aos canais de denúncia. Campanhas de conscientização e mobilização da população para redução da violência e da discriminação	O aumento da violência pode ser explicado por uma série de fatores, que merecem ser examinados em profundidade para garantir a essas populações viver com mais autonomia e dignidade.
Assistência Social	Dada as características que marcam a população deslocada que migrou para os principais bairros de destino tem-se a necessidade de ampliar o acesso a serviços de assistência social. O deslocamento para novos territórios faz com que os laços afetivos e rede de apoio sejam rompidos. Ao chegar na nova localidade muitos dos deslocados acabam tendo dificuldade de adaptação na nova comunidade.	-Execução de obras e ações de implantação e/ou qualificação de CRAS - equipamentos da Rede Socioassistencial de Atenção Básica, localizados em territórios prioritários do PAS. -Implantação de um novo CREAS, considerando obras e equipamentos nos termos das orientações técnicas do SUAS. Desenvolver ações de acolhimento e acompanhamento dos deslocados nos bairros de destino, tendo como referência as associações de bairros. Criação e fortalecimento de Centros comunitários para melhoria da integração da população deslocada, sobretudo no NF3. Estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil, grupos de defesa dos direitos das mulheres e	Os serviços de assistência social podem contribuir para a redução da desigualdade racial e para a promoção da inclusão social dos negros e das mulheres. Ações devem ser planejadas para atender as necessidades específicas de mulheres e negros para fortalecimento de vínculos e promoção da igualdade de oportunidades.

	instituições locais, para orientação jurídica e assistência psicossocial. Criação de redes de apoio para promover a troca de experiências, o compartilhamento de recursos e a solidariedade entre as mulheres afetadas.	
Com o deslocamento a rede de apoio que auxiliava no suporte cotidiano das famílias foi rompida. Tais acontecimentos impactam em várias áreas como: segurança, sobrecarga de trabalho das mulheres, emprego e renda.	Ampliar a oferta de vagas em creches nos bairros de destino	Reduzir a sobrecarga de trabalho das mulheres, melhorar a segurança das famílias, e contribuir para inclusão social.
A migração forçada para novos territórios implica em inúmeras alterações na vida dos deslocados.	Desenvolver ações que promovam o acompanhamento periódico e sistemático dos deslocados.	
Diante deste fato realizar o acompanhamento deste processo, dando ênfase aos impactos que as mulheres têm sofrido, pode auxiliar na promoção de ações mitigadoras.	Desenvolvimento de processo de escuta mais eficazes; Empoderamento das mulheres e negros e promoção do aumento da participação dos mesmos nos processos de tomada de decisão.	Dificuldades de adaptação ao novo contexto, risco de discriminação e violência.

7. Considerações finais

As discussões que envolveram a presente pesquisa apontaram para uma realidade particular sobre o fenômeno que afetou não apenas cinco bairros, mas toda a cidade de Maceió. A realidade particular que aqui se faz menção diz respeito a compreensão dessa problemática tendo como recorte analítico o grupo populacional das mulheres e dos negros, com atenção às questões interseccionais.

Observar esse recorte populacional é necessário, tendo em vista serem os grupos sociais que já experimentam as faces da desigualdade que marcam a realidade do país. Por já vivenciarem um contexto de vulnerabilidade em suas vidas, os efeitos negativos de um desastre como o ocorrido, acaba por gerar consequências desproporcionais para essas pessoas.

Os dados sociodemográficos apontaram para o fato de que a população que residia nos bairros atingidos era formada, em sua maioria, por mulheres e negros. Apresentavam indicadores de analfabetismo e renda mais críticos quando comparados aos homens e brancos. Essa realidade também marcava os principais bairros de destino para o qual a população atingida se deslocou.

Contudo, uma das principais diferenças verificadas entre os bairros foram os aspectos relacionados à violência. Os bairros de origem apresentaram índices menores de violência quando comparado aos bairros de destino. Alguns dos principais bairros de destino lideraram os rankings municipais de crimes letais violentos, violência doméstica, estupros, feminicídios e racismo nos últimos anos. Ao observarmos o perfil das vítimas de tais crimes temos que a população negra acaba por ser o alvo referencial de tais ocorrências.

Outro aspecto a ser discutido é o aumento da violência nos bairros que já foram desocupados. Considerando que nestes ainda é verificada a presença de população remanescente é necessário que ações sejam destinadas para a defesa dessas pessoas, sobretudo no combate a violências contra as mulheres e negros.

A migração forçada que a população atingida fez para bairros mais violentos acabou por colocá-los em uma situação de vulnerabilidade maior. Entretanto, cabe ressaltar que o contexto de maior vulnerabilidade não se restringe apenas à dimensão violência. Os achados da pesquisa de campo apontaram para problemáticas também relacionadas a outras dimensões, como: acesso a serviços de saúde e educação, sobrecarga de trabalho, falta de redes de apoio comunitário e problemas relacionados a emprego e renda.

Quando observadas as problemáticas relacionadas ao acesso a serviços de saúde e educação, a fala dos interlocutores se torna recorrente. A sobrecarga previamente existente nestes serviços nos bairros de destino acaba por dificultar o acesso da população deslocada, como também, a população do próprio bairro que tem sua oferta restrita cada vez mais comprometida. Tal fato se agrava quando analisado o caso das mulheres que tinham um processo de atenção básica de saúde mais favorável em seus territórios de origem e que possibilitavam realizar acompanhamentos preventivos.

Além disso, a ruptura que o deslocamento provocou nas redes de apoio que prestavam suporte à população nos bairros de origem acaba por incidir em outras dimensões. Tal “fratura” acaba por aumentar a sobrecarga para as mulheres que assumem no seu cotidiano o protagonismo nos cuidados domésticos e também possuem função produtiva de geração de renda.

Outro ponto relatado no processo das entrevistas foi à deficiência no processo de escuta das demandas da população afetada. Relatos de que não foram escutados ou representados apareceram nas falas. Adiciona-se a esse discurso falas sobre a especulação imobiliária que marcam o mercado habitacional de Maceió na atualidade e dificuldades de mobilidade urbana.

Salienta-se que o curto período de tempo para a execução do diagnóstico e apresentação de proposições se mostrou uma limitação e um desafio para o desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, diante do exposto, torna-se fundamental discutir cuidadosamente as vulnerabilidades diferenciadas de grupos populacionais e sociais desfavorecidos para

intervenções e propostas de ações de reparação e/ou mitigação acertadas para os problemas que envolvem toda a cidade.

Referências

ABRAM, Laís. **Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro**. Cienc. Cult., São Paulo, v. 58, n. 4, p. 40-41, Dec. 2006. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Oct. 2023.

AGUIÃO, Silvia. **Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003-2015)**. cadernos pagu, 2018.

AZEVEDO, C. E. F. et al. A Estratégia de Triangulação: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo. In: IV ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2013, Brasília. **Anais...**. Brasília: Anpad, 2013. p. 1 - 16.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 39-63.

BOF, Alvana Maria; MORAES, Gustavo Henrique. Impactos da pandemia no aprendizado dos estudantes brasileiros. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, [S.L.], v. 7, p. 277-306, 2 jan. 2023.

CARVALHO, Ada Rízia Barbosa de; JARA, Simon Rodrigo da Costa; SANTOS, Nido Farias dos. **Família com estatuto: fraternidades criminais em Maceió (al) e em São Luís (ma)**. Novos Estudos - Cebrap, [S.L.], v. 42, n. 1, p. 61-78, abr. 2023.

CANJÃO, Isanda Maria Falcão. **Não entra errado, tá Iraque tá o terror: deslocamento habitacional e sociabilidade violenta em um bairro de São Luís**. Tese (doutorado em Ciências Sociais). São Luís: ppgsoc/Universidade Federal do Maranhão, 2018.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Handbook for estimating the socio-economic and environmental effects of disasters. Santiago do Chile: CEPAL, 2003.

COMMITTEE ON THE ELIMINATION OF DISCRIMINATION AGAINST WOMEN (CEDAW). General Recommendation n. 37 on Gender-related dimensions of disaster risk reduction in the context of climate change, 2018, p. 9.

CRENSHAW, K. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. Revista Estudos Feministas,

Florianópolis, vol. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRESWELL, J. W.. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Diagonal. Plano de Ações Sociourbanísticas: diagnóstico técnico-participativo do PAS. São Paulo, jun. 2021. Disponível em: [https://mpfdrive.mpf.mp.br/ssf/s/readFile/share/506151/-8739495276512063683/publicLink/1.11.000.000144.2021-60%20\(1\).pdf](https://mpfdrive.mpf.mp.br/ssf/s/readFile/share/506151/-8739495276512063683/publicLink/1.11.000.000144.2021-60%20(1).pdf).

DIEESE. **As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.html>. Acesso em: 9 out. 2023.

DIEESE. **A persistente desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho**: boletim especial 20 de novembro dia da consciência negra. São Paulo: Dieese, 2022.

Fundação Getúlio Vargas. Situação das Mulheres Atingidas pelo Desastre do Rio Doce a partir dos Dados da Ouvidoria da Fundação Renova / Fundação Getúlio Vargas. – Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2019. 100 p.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. **A construção de uma agenda para as questões de gênero, desastres socioambientais e desenvolvimento**. [S. l.], 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/w7yhJsLwNr7tzTnvHzcXrBr/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2023.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados na pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 79-107.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. de. Entrevista qualitativa: instrumentos de pesquisa e evento dialógico. In: BALSINI, C. P. V.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 301-324.

GODOI, C. K. Perspectivas de análise do discurso nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 375-402.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2023.

IBGE. **Vitimização**: sensação de segurança 2021. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=35627&t=resultados>. Acesso em: 27 out. 2023.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **VIOLÊNCIA ARMADA E RACISMO**: o papel da arma de fogo na desigualdade racial. 2. ed. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2022. Disponível em: https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2022/11/Violencia_armada_e_racismo_edicao_2022.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

MOTTA, Luana; ROCHA, Rafael; RÍZIA, Ada; AMORIM, Adson. **Fora do crime no mundo do crime**: experiências juvenis em meio à guerra em periferias de maceió e belo horizonte. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, [S.L.], v. 15, n. 4, p. 387-414, 2022.

ROSA, Waldemir; BONETTI, A.; ABREU, M. A. **Sexo e cor/raça como categorias de controle social**: uma abordagem sobre desigualdades socioeconômicas a partir dos dados do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça-Terceira Edição. Bonetti AL, Abreu MA, organizadoras. Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, p. 111-27, 2011.

RODRIGUES, Fernando de Jesus; SILVA, Ada Rízia Barbosa da; SANTOS, Alana Barros. **Notas sobre redes de proteção**: facção, família e crime em periferias urbanas de alagoas. Diversitas Journal, [S.L.], v. 5, n. 3, p. 2297-2316, 8 jul. 2020.

VIERA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIERA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2006. p. 13-28.